

---

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS  
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1 A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, doravante denominada **PORTOSRIO**, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, realizará licitação, sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, regido pelas normas da Lei nº 13.303/2016, dos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018 e 7.174/2010, da Lei Complementar nº 123/2006, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet ([www.portosrio.gov.br](http://www.portosrio.gov.br)), menu “Licitações e Contratos”, do Instrumento Normativo de Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e demais disposições legais pertinentes.
- 1.2 O Edital e seus Anexos estarão disponíveis no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) a partir do dia 15/05/2026, às 08:00 horas.
- 1.2.1 O Edital também poderá ser obtido na página da **PORTOSRIO** na internet ([www.portosrio.gov.br](http://www.portosrio.gov.br)), menu “Licitações e Contratos”, “Pregões Eletrônicos”.
- 1.3 As propostas de preços serão recebidas até as 10:00 horas, do dia 27/05/2026, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.4 **A sessão pública na internet para recebimento dos lances será realizada às 10:00 horas, do dia 27/05/2026, no mesmo endereço eletrônico indicado no subitem anterior.**
- 1.5 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 1.6 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da **PORTOSRIO** denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o provedor [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.7 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.
- 1.8 **A licitação terá item único representando o lote como um todo.**

---

## 2. DO OBJETO

- 2.1 O objeto desta licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***“aquisição de licenciamento e suporte técnico da solução corporativa Sophos XDR e Sophos XDR-Server, contemplando a renovação de licenças existentes e a aquisição de novas licenças de uso, destinadas à proteção de estações de trabalho e servidores, pelo período de 36 (trinta e seis) meses”***, conforme o que consta no Processo Administrativo nº 50905.006086/2025-25 e de acordo com as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar da presente licitação empresas do ramo do objeto da licitação, cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciadas junto ao provedor do sistema (Secretaria de Gestão do Ministério da Economia), nos termos da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.
- 3.2 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- 3.2.1 Em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- 3.2.2 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.3 Estrangeiras, que não funcionem no país;
- 3.2.4 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei nº 13.303/2016; e
- 3.2.5 Suspensas pela **PORTOSRIO** na forma do art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303/2016, impedidas de licitar na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou declarada inidônea na forma do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507/2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
- 3.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010).
- 3.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura **CONTRATADA** que

seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO**

- 4.1 O credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- 4.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da **PORTOSRIO** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 4.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 4.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO**

- 5.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha, pessoal e intransferível, do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e dos documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
  - 5.1.1 A informação dos dados para acesso ao Pregão deve ser feita na página inicial do sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras);
  - 5.1.2 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao sistema.
- 5.2 Como requisito para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 5.2.1 Declaração de que é microempresa ou empresa de pequeno porte e que, sob as penas da Lei, cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar;

- 
- a) A assinalação do campo “não”, no caso do subitem 5.2.1, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5.2.2 Declaração de ciência e concordância com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem assim de cumprimento pleno dos requisitos habilitatórios previstos;
- 5.2.3 Declaração expressa de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.2.4 Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 5.2.5 Declaração de elaboração independente de proposta, como exigido na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009;
- 5.2.6 Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.7 Declaração informando se os serviços são produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991;
- 5.2.8 Declaração de que atende aos requisitos e está apto ao exercício do direito de preferência previsto no art. 8º, § 3º, do Decreto nº 7.174/2010.
- 5.3 A declaração falsa relativa aos subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas no item 16 deste Edital e na legislação vigente.

## **6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública constantes do subitem 1.4., quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de cadastramento.
- 6.2 O cadastramento da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema.

- 6.4 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas cadastradas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

## 7. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 7.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): [gecomp@portosrio.gov.br](mailto:gecomp@portosrio.gov.br).
- 7.1.1 Caberá ao Pregoeiro decidir no prazo de 2 (dois) dias úteis sobre a impugnação interposta, a contar do recebimento desta.
- 7.1.2 Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 7.1.3 Na hipótese da **PORTOSRIO** não responder a impugnação no prazo estabelecido no subitem 7.1.1., a licitação será suspensa, convocando-se nova data para a realização do certame.
- 7.1.4 Para fins de cômputo do prazo constante no subitem 7.1.1., serão considerados apenas os dias em que houver expediente na **PORTOSRIO** e a partir do momento da ciência da impugnação por parte do Pregoeiro.
- 7.2 Os pedidos de esclarecimento referentes a esta licitação deverão ser enviados ao Pregoeiro, até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente através do endereço eletrônico (e-mail): [gecomp@portosrio.gov.br](mailto:gecomp@portosrio.gov.br).
- 7.2.1 Os esclarecimentos prestados a qualquer dos licitantes estarão disponíveis no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na parte de “esclarecimentos”.
- 7.2.2 O Pregoeiro deverá responder os pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento deste.
- 7.3 O disposto no subitem 7.2 não interfere na apresentação de impugnação nos termos do subitem 7.1.
- 7.4 Caso a impugnação ou o pedido de esclarecimento envolva questões de ordem técnica do objeto ou de exequibilidade de preços, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.

## 8. DA SESSÃO PÚBLICA

- 8.1 A partir do horário e dia previstos no Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, ocasião em que o Pregoeiro fará a abertura e divulgação das propostas de preços recebidas, passando, na sequência, a avaliar a aceitabilidade das mesmas.
- 8.2 O Pregoeiro verificará as propostas registradas no sistema, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

- 
- 8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da etapa de envio de lances.
- 8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes ou seus representantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, os participantes serão informados, em tempo real, de seu recebimento, respectivo horário de registro e valor, não sendo identificado o autor do lance aos demais participantes.
- 8.7 O(s) lance(s) deverá(ão) ser ofertado(s) pelo valor global.**
- 8.8 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicialmente cadastrada.
- 8.9 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema.
- 8.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.11 Para fins do que dispõe o parágrafo único do art. 31 do Decreto nº. 10.024/2019, o intervalo mínimo percentual entre os lances será de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).
- 8.12 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 8.13 Para a etapa de lances deste certame será adotado o modo de disputa “aberto”, conforme art. 31, I, do Decreto nº. 10.024/2019, ocasião em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento mencionado no subitem 9.1 deste Edital.
- 8.13.1 No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente



pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

- 8.13.2 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.13.3 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 8.13.1 e 8.13.2, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.13.4 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 8.13.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução da proposta mais vantajosa para a **PORTOSRIO**.
- 8.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 8.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 8.15 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. Quando possível seu retorno, o Pregoeiro continuará atuando no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.18 Encerrada a etapa de lances, caso haja microempresas ou empresas de pequeno porte com valor final ofertado de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço, será considerado empate. Neste caso, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá, se houver interesse, efetuar lance de valor inferior ao menor preço já registrado.
- 8.18.1 O procedimento de empate será detectado automaticamente. Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no subitem anterior, informando o nome do licitante. Em seguida, o sistema habilitará um comando para o Pregoeiro convocar tal licitante que se encontre em situação de empate. Após confirmado, o sistema emitirá nova mensagem informando para o licitante em situação

de empate que deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas o licitante convocado poderá registrar o novo lance.

- 8.18.2 Não havendo manifestação do licitante, o sistema verificará, observada a ordem classificatória, se há outra situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhum licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa.
- 8.18.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.18, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.19 O disposto no subitem 8.18 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.20 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 8.21 Em último caso, persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 8.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública e realização de eventual procedimento de desempate, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.22.1 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.22.2 Após a tentativa de negociação, quaisquer propostas que permanecerem com o valor acima do valor estimado serão desclassificadas.
- 8.22.3 O prazo para convocação da licitante, para fins de negociação do valor ofertado, será definido a critério do Pregoeiro, ficando a licitante responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.23 O licitante que ofereceu a melhor proposta deverá anexar a proposta de preços devidamente ajustada ao seu valor final ofertado, nos moldes do Anexo III – Planilha de Proposta de Quantidades e Preços, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, conforme § 2º do art. 38 do Decreto nº. 10.024/2019, contado da solicitação do Pregoeiro no “chat” do COMPRASGOVERNAMENTAIS, prorrogável 1 (uma) única vez por igual período desde que a solicitação seja tempestiva e justificada, observando, ainda, que a proposta:



- 
- 8.23.1 Deverá ser redigida em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, datada, digitada ou datilografada, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- 8.23.2 Deverá ser apresentada com 2 (duas) casas decimais e expressa em moeda corrente nacional (R\$);
- 8.23.3 Deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante, para fins de pagamento;
- 8.23.4 Vincula o licitante, em especial no que se refere às condições, informações e especificações técnicas nela apresentada;
- 8.24 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução contratual e aplicação de eventual sanção à **CONTRATADA**, se for o caso.
- 8.25 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.26 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.27 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 8.28 Este Pregão submete-se às regras relativas ao direito de preferência estabelecidas no Decreto nº 7.174/2010.
- 8.29 O exercício do direito de preferência disposto no Decreto nº 7.174/2010 será concedido após o encerramento da fase de lances, observando-se, nesta ordem, os seguintes procedimentos:
- 8.29.1 Aplicam-se as regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no subitem 8.18 deste Edital;
- 8.29.2 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, serão selecionados os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, para a comprovação e o exercício dos direitos de preferência listados nos incisos abaixo:
- I. Os licitantes enquadrados na condição prevista no *caput* deste subitem 8.29, cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país e sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico, serão convocados pelo sistema, observada a ordem classificatória para ofertar valor igual ou inferior ao melhor lance;

- II. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior deixarem de ofertar valor igual ou inferior, o sistema convocará os licitantes cujos bens possuam tecnologia desenvolvida no país, para o exercício do mesmo direito;
- III. Na hipótese de os licitantes mencionados no inciso anterior também deixarem de oferecer valor igual ou inferior, o sistema convocará o licitante cujos bens sejam produzidos de acordo com o processo produtivo básico para o exercício do mesmo direito;
- IV. Na hipótese de um licitante exercer seu direito de preferência, o Pregoeiro o convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

8.29.3 Não ocorrendo a contratação na forma do subitem anterior, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

## 9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 9.1 No julgamento das propostas de preços, considerar-se-á vencedora aquela que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Edital, apresentar o **“MENOR PREÇO GLOBAL”**.
- 9.2 O valor estimado para o presente processo licitatório é sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, em conformidade com o art. 15 do Decreto nº. 10.024/2019.
- 9.3 Serão desclassificados(as):
  - 9.3.1 Os licitantes que não responderem à convocação para negociação, conforme descrito no subitem 8.22.3, ou que não anexarem a proposta comercial ajustada, conforme descrito no subitem 8.23 deste Edital, ambos no prazo solicitado pelo Pregoeiro no “chat”;
  - 9.3.2 As propostas de preços que não apresentem as especificações técnicas exigidas pelo Anexo I – Termo de Referência;
  - 9.3.3 As propostas de preços que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação ou que contenham outras condições que não as constantes deste Edital e de seus Anexos;
  - 9.3.4 As propostas que contenham vício insanável ou ilegalidade;
  - 9.3.5 As propostas com preços acima do valor estimado pela **PORTOSRIO** ou manifestamente inexecutáveis.
    - 9.3.5.1 Para fins do subitem 9.3.5, considera-se manifestamente inexecutável a proposta que:
      - a) Comprovadamente for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários do mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda

que o instrumento convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

- b) Apresente um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

9.3.5.2 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, conforme disposto no subitem 17.5 deste Edital e no § 2º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016, a exemplo das enumeradas no subitem 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, para que o licitante possa comprovar a exequibilidade de sua proposta.

9.3.5.2.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.3.5.3 Para fins de aferição da inexecuibilidade de proposta, o Pregoeiro poderá valer-se do cálculo previsto no § 3º do art. 56 da Lei nº 13.303/2016.

- 9.4 Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital. Também nesta etapa o Pregoeiro deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.5 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 9.6 Por ocasião da aceitabilidade da proposta de preços, em especial quando houver assuntos técnicos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 9.7 Constatando o atendimento da proposta às exigências fixadas no Edital, o licitante terá sua proposta aceita, passando-se então para a fase de habilitação.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

- 10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, conforme subitem 10.10, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que

impeça a participação no presente certame ou a futura contratação, mediante consulta ao:

- 10.1.1 SICAF, a fim de se verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 38 da Lei nº 13.303/2016;
  - 10.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
  - 10.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br);
  - 10.1.4 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br);
  - 10.1.5 Cadastro de Empresas Suspensas mantido no site da **PORTOSRIO** na internet, no endereço eletrônico [www.portosrio.gov.br](http://www.portosrio.gov.br), menu “Licitações e Contratos”; e
  - 10.1.6 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 10.2 As consultas previstas no subitem 10.1 realizar-se-ão em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário.
- 10.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará, juntamente com a Equipe de Apoio, para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 10.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado por falta de condição de participação.
- 10.7 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018.
- 10.7.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
  - 10.7.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública,

ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

- 10.7.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto nº. 10.024/2019.
- 10.8 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, o licitante será convocado a encaminhá-los em formato digital, de preferência em arquivos compactados (.zip ou .rar), via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, a partir da solicitação do Pregoeiro no “chat”, conforme determina o inciso VI do art. 21 da IN SEGES/MP nº 3/2018 e o § 2º do art. 43 do Decreto nº. 10.024/2019, sob pena de inabilitação.
- 10.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 10.9.1 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.9.2 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.10 Ressalvado o disposto no subitem 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

**10.10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Cédula de identidade, no caso de pessoa física;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização ou equivalente, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

#### 10.10.2 REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no CNPJ ou CPF, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com o INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa, ou Positiva com efeitos de Negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

#### 10.10.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, exigíveis na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
  - i. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto à Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.
  - ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
  - iii. As empresas que estiveram inativas no ano anterior deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) Comprovação de capital social ou patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor proposto pela licitante para a prestação dos serviços objeto desta licitação, exigida somente no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) nos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral.
- c) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em até no máximo 90 (noventa) dias da data da sessão pública deste certame.

#### 10.10.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de licenças de software (licenciamento) do fabricante SOPHOS, em quantitativo mínimo de 40% (quarenta por cento) do volume total estimado para os itens 1 e 2 do Anexo III. Tal exigência decorre do fato de tratar-se da parcela de maior relevância do objeto contratado



- 
- i. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.
  - ii. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, Nome do Declarante, Endereço e Telefone e CNPJ da empresa emitente e a comprovação de que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos.
  - iii. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do instrumento contratual ou se decorrido, pelo menos, 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
  - iv. Em caso de necessidade de diligência por parte do Pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do instrumento contratual que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no subitem 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- b) Documento emitido pela SOPHOS ou por seu distribuidor autorizado no Brasil, comprovando que a empresa licitante está autorizada e capacitada a comercializar o objeto da presente licitação.
  - c) Declaração de não ocorrência de registro de oportunidade, em atendimento ao disposto na IN SGD/ME nº 94/2022.
  - d) Declaração, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, atestando que a licitante concorda com a disposição do instrumento convocatório sob referência e seus anexos, garantindo o prazo de validade dos preços e condições da proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta, bem como as demais condições da Declaração constantes do Anexo IV – Modelo de Declaração. A licitante não poderá alegar, a posterior, desconhecimento de qualquer fato.
  - e) Declarações, em papel timbrado da licitante, datada e assinada pelo representante legal, seguindo os modelos dos Anexos V e VI.
- 10.11 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação.
- 10.11.1 Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o subitem 10.11, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- 
- 10.11.2 Para aplicação do disposto no subitem 10.11.1, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 10.11.3 A prorrogação do prazo prevista no subitem 10.11.1 poderá ser concedida, a critério da **PORTOSRIO**, quando requerida pela licitante, mediante apresentação da devida justificativa.
- 10.11.4 A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os subitens 10.11.1 e 10.11.3.
- 10.11.5 A não regularização da documentação no prazo previsto nos subitens 10.11.1. e 10.11.3 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº. 13.303/2016, sendo facultado à **PORTOSRIO** convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 10.11.6 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências deste Edital.
- 10.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.13 Ocorrida a inabilitação a que se refere o subitem 10.12, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.14 Após o disposto no subitem 10.12 ou 10.13, será retomada a sessão pública e chamados os demais licitantes, na ordem de classificação, e após a tentativa de negociação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, observando que o Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, até que encontre uma proposta que atenda integralmente o Edital.
- 10.14.1 Por ocasião da documentação de habilitação, em especial a que trata da habilitação técnica, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**.
- 10.15 Nos casos em que os documentos faltantes relativos à habilitação forem de fácil elaboração e consistam em meras declarações sobre fatos preexistentes ou em compromissos pelo licitante, será concedido prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, bem como ao art. 2º, caput, da Lei 9.784/1999.
- 10.16 Constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado habilitado e, conseqüentemente, vencedor.

- 10.17 Tendo em vista que a **PORTOSRIO** dispõe de sistema interno eletrônico de documentos e, ainda, objetivando a celeridade e a economicidade processual, uma vez habilitado, não será necessário que o licitante encaminhe posteriormente a documentação original apresentada durante a sessão pública.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

### **11.1 A sessão pública poderá ser reaberta:**

11.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o instrumento contratual no prazo previsto no subitem 14.1, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1 A convocação se dará por meio do “chat” e e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante mantê-los atualizados.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s), em campo próprio sistema, o qual registrará em ata a síntese das razões, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 3 (três) dias, a contar do dia útil subsequente ao término da sessão pública, para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual prazo, que começará a correr no dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.1.1 No momento da apresentação da intenção de recorrer, cabe ao Pregoeiro avaliar tão somente a existência dos pressupostos recursais, o que se restringe à aferição de sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

- a) O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, caso a licitante deixe de demonstrar algum dos pressupostos recursais constantes do subitem acima;
  - b) É vedado rejeitar o recurso de pleno em razão da discordância de mérito com os motivos apresentados pelo licitante.
- 12.2 É de inteira responsabilidade dos licitantes a correta apresentação da intenção e das razões recursais, podendo estes, caso seja detectado pela **PORTOSRIO** que se trata de mero recurso protelatório, sofrer a sanção prevista no inciso I do subitem 16.5.1 deste Edital.
- 12.3 Na hipótese de interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados mediante solicitação por endereço eletrônico (e-mail): [gecomp@portosrio.gov.br](mailto:gecomp@portosrio.gov.br).
- 12.4 A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.1, importará na decadência desse direito, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.5 Os recursos deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, devidamente protocolados e cadastrados no sistema, e observar:
  - 12.5.1 Quanto à sua interposição, o prazo constante do subitem 12.1;
  - 12.5.2 A forma escrita, com a identificação do licitante ou seu representante legal;
  - 12.5.3 A legitimidade e o interesse recursal; e
  - 12.5.4 A fundamentação.
- 12.6 O Pregoeiro disporá de até 5 (cinco) dias úteis, contados do dia útil subsequente ao término do prazo previsto no subitem 12.1, para julgar o(s) recurso(s) interposto(s).
  - 12.6.1 Caso as razões recursais envolvam questões de ordem técnica ou de exequibilidade dos preços propostos, o Pregoeiro poderá solicitar análise e parecer prévio da área requisitante da **PORTOSRIO**;
  - 12.6.2 Caso seja necessário devido à complexidade do assunto e com a devida justificativa nos autos, o prazo constante no subitem 12.6 poderá ser ampliado.
- 12.7 Após julgamento do(s) recurso(s), o Pregoeiro elaborará relatório circunstanciado com vistas ao Diretor-Presidente para decisão definitiva.
- 12.8 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante no prazo previsto no subitem 12.1, quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a dar continuidade ao processo, com vistas à adjudicação e homologação pelo Diretor-Presidente.

- 13.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Diretor-Presidente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

#### **14. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 14.1 Homologada a licitação pelo Diretor-Presidente, o adjudicatário será convocado para assinar o(s) instrumento contratual em até 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, desde que devidamente justificado, observando ainda as demais disposições deste item 14.

14.1.1 O prazo a que se refere o subitem 14.1 contempla inclusive o período necessário para os procedimentos de cadastramento do(s) usuário(s) no Sistema SEI!, nos moldes do subitem 14.4, sendo de inteira responsabilidade da própria licitante realizar o passo a passo de acordo com as instruções, sob pena de exclusão do certame e convocação do próximo colocado.

- 14.2 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, não aceitar ou não retirar o(s) instrumento contratual injustificadamente, ou ainda, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das licitantes, observada a ordem final de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o mesmo convocado para negociar a redução do preço ofertado em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o Edital.

- 14.3 A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual (Anexo VIII) com base nos dispositivos da Lei nº. 13.303/2016 e do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

- 14.4 Para assinatura do instrumento contratual, o(s) responsável(is) legal(is) da licitante deverá(ão) realizar o cadastro prévio no Sistema SEI!, mediante o link externo: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastrar-no-sei-do-ministerio-dos-transportes>>.

14.4.1 O(s) cadastro(s) deverá(ão) ser feito(s) por aquele(s) que efetivamente irá(ao) assinar o(s) instrumento(s) contratual(is).

- 14.5 Após realização do(s) cadastro(s), o ato de assinatura do instrumento contratual realizar-se-á via plataforma SEI!, mediante acesso através de link externo constante na parte superior da página da internet da **PORTOSRIO** ([www.portosrio.gov.br](http://www.portosrio.gov.br)).

- 14.6 A assinatura do instrumento contratual ficará condicionada à aferição da regularidade da futura **CONTRATADA**, em conformidade com o item 10 – Da Habilitação, e à consulta ao CADIN, em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso III, cumulado com o art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

- 14.7 Na assinatura do instrumento contratual será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

- 14.8 O licitante, em vias de ser julgado vencedor ou já vencedor da licitação, ou já convidado a assinar o instrumento contratual com a **PORTOSRIO**, poderá perder sua condição para assinar o aludido instrumento, caso se encontre em estado de falência, insolvência notória ou situação econômico-financeira comprometida.
- 14.9 O prazo de execução do instrumento contratual corresponde ao prazo que a **CONTRATADA** dispõe para executar a sua obrigação. Já o prazo de vigência corresponde ao prazo em que ele é considerado apto a produzir efeitos até que todos os seus efeitos sejam consumidos, inclusive recebimento e pagamento por parte da **PORTOSRIO**, excetuando-se o prazo de garantia técnica.

## 15. DO PAGAMENTO

- 15.1 O pagamento será efetuado conforme o instrumento contratual a ser emitido, através de depósito bancário em favor da **CONTRATADA**, no prazo de até 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.
- 15.2 A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.
- 15.3 Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.
- 15.4 Em hipótese alguma haverá pagamento sem que ocorra a efetiva entrega do objeto contratado, podendo ocorrer, contudo, o pagamento correspondente à parte do objeto que, mediante autorização da **PORTOSRIO**, for recebido parcialmente.

## 16. DAS SANÇÕES

- 16.1 A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:
- I. Advertência;
  - II. Multa;
  - III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.
- 16.2 A sanção constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- 16.3 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:
- I. Interpor recurso meramente protelatório;
  - II. Não manter a proposta ou abandonar o certame;
  - III. Deixar de apresentar, apresentar em manifesta desconformidade ou apresentar parcialmente documentação exigida no certame;



- IV. Declarar falsamente que cumpre algum dos requisitos previstos no subitem 5.2 deste Edital;
- V. Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do instrumento contratual ou de instrumento equivalente;
- VI. Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela **PORTOSRIO**;
- VII. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a **PORTOSRIO** em virtude de atos ilícitos praticados;
- VIII. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- IX. Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- X. Incorrer em inexecução contratual;
- XI. Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório;
- XII. Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato do procedimento licitatório;
- XIII. Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- XIV. Agir em conluio com empresa do mesmo grupo econômico com o objetivo de manipular o caráter competitivo da licitação;
- XV. Ter fraudado licitação pública ou instrumento contratual dela decorrente;
- XVI. Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar instrumento contratual;
- XVII. Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- XVIII. Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos contratuais celebrados com a **PORTOSRIO**;
- XIX. Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- XX. Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
- XXI. Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- XXII. Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
- XXIII. Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas a encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
- XXIV. Deixar de manter o nível de qualidade exigido pela **PORTOSRIO** na execução do instrumento contratual, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.

#### 16.4 DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

- 16.4.1 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.4.1.1 A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela **PORTOSRIO**.

## 16.5 DA SANÇÃO DE MULTA

### 16.5.1 A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos seguintes casos:

- I. Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- II. Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pela licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- III. Em decorrência da declaração falsa relava ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte e ao exercício do direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- IV. Em decorrência da não apresentação de documentação exigida no certame, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- V. Nos casos em que a licitante não mantiver a sua proposta, poderá ser aplicada multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VI. Nos casos em que a licitante apresentar documento falso, cometer fraude ou comportar-se de modo inidôneo, poderá ser aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor esmado para a licitação em questão;
- VII. Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, no prazo previsto no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão;
- VIII. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, após 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual;
- IX. No caso de não comparecimento à reunião inicial de inserção da Contratada, salvo justificativa aceita pela Fiscalização, multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor correspondente a 12 meses do contrato para cada dia de atraso, limitada a 5 (cinco) dias;
- X. No caso de não apresentação de equipe qualificada para atendimento de cada Categoria de Serviço, até o início da execução dos serviços, ou seja, a contar da data de abertura da Ordem de Serviço, poderá ser aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) do valor relativo ao faturamento mensal do contrato por dia de atraso, observando o máximo de 5%.
- XI. No caso de execução insatisfatória ou não realização do repasse de conhecimento na transição contratual prevista no item 12.14, poderá ser aplicada multa correspondente 1% (um por cento) sobre o valor do contrato.

- XII. Nos demais casos de atraso (ou no caso de atraso na execução contratual), poderá ser aplicada multa na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do Contrato, limitada a incidência a 10 (dez) dias. A partir do 11º (décimo primeiro) dia, o percentual de multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato;
- XIII. No caso de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual; e
- XIV. No caso de inexecução total, poderá ser aplicada multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

16.5.2 Os casos previstos no subitem anterior são meramente exemplificativos, podendo a **PORTOSRIO** sugerir a aplicação de um percentual de multa para outros casos devendo, entretanto, levar em consideração a conduta praticada e a intensidade do dano provocado e segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

16.5.3 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

16.5.4 A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

## 16.6 DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

16.6.1 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à **PORTOSRIO**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

16.6.2 A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

16.6.3 A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

16.7 Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no subitem 16.1, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- I. Notificação formal à **CONTRATADA**;
- II. Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- III. Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

16.8 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

- 16.8.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 16.8.2 Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.
- 16.9 As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

## 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1 A apresentação de uma proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:
  - 17.1.1 Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus Anexos, que os comparou entre si e obteve expressamente da **PORTOSRIO** as informações necessárias, antes de apresentá-la;
  - 17.1.2 Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital;
  - 17.1.3 Considerou que o Edital e seus Anexos permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
  - 17.1.4 Atende às condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.
- 17.2 Fica também estabelecido que as especificações, os Anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.
- 17.3 A **PORTOSRIO** reserva-se o direito de revogar a presente licitação por interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, anteriormente ao início da fase de lances ou propostas, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e fundamentado.
  - 17.3.1 Caso a revogação ou a anulação ocorra após o início da fase acima, a mesma será precedida de Processo Administrativo no qual sejam asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que os licitantes interessados ofereçam manifestação, salvo no caso de manifestação expressa e prévia de todos os licitantes renunciando o direito de contestar o ato respectivo.
  - 17.3.2 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 17.4 No caso de meros erros formais em que a possível alteração não afete a formulação das propostas, a **PORTOSRIO** poderá inserir aviso no sistema ou realizar modificações e revisões no presente Edital a qualquer tempo, antes da data limite para a abertura da sessão pública. Contudo, qualquer outra modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

- 17.5 É facultado à **PORTOSRIO**, se assim julgar conveniente, em qualquer fase da licitação, promover diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 17.6 O Pregoeiro, durante a análise de documentos e propostas, poderá solicitar de qualquer licitante informações sobre a documentação exigida, fixando o prazo que julgar necessário para o atendimento.
- 17.7 As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro instrumento contratual.
- 17.8 Não serão levadas em consideração as propostas que fizerem referência às propostas de outros licitantes ou que apresentem qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, tal como proposta alternativa.
- 17.9 A **PORTOSRIO** não aceitará, em hipótese alguma, futuras alegações de omissão na proposta de serviços necessários à execução do instrumento contratual ou de inexatidão relativa às quantidades contratuais, com o objetivo de alterar o preço proposto.
- 17.10 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a **CONTRATADA** acresceu, indevidamente, a seus preços, valores correspondentes a tributos, contribuições fiscais e/ou para fiscais e emolumentos de qualquer natureza, não incidentes sobre a execução dos serviços contratados, tais valores serão imediatamente excluídos, com a consequente redução dos preços praticados e o reembolso dos valores porventura pagos à **CONTRATADA**.
- 17.11 Se, por ocasião do julgamento desta licitação, da celebração ou da execução do instrumento contratual, ficar comprovada a existência de irregularidades que denunciem dolo, má fé ou grave omissão por parte do licitante, este, a critério da **PORTOSRIO**, ficará impossibilitado de contratar com a **PORTOSRIO** e sujeito às sanções previstas no subitem 16 deste Edital e na Lei nº 13.303/2016.
- 17.12 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o Pregoeiro enviará mensagem aos licitantes informando o ocorrido e remarcando, de imediato, nova data e hora para a sessão pública.

## 18 DOS DOCUMENTOS ANEXOS

18.1 Os documentos relacionados abaixo fazem parte integrante deste Edital como Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I-A – DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD

ANEXO I-B – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

ANEXO I-C – ANÁLISE DE RISCOS

ANEXO II – TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

ANEXO III – PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

---

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2026.

**FLAVIO VIEIRA DA SILVA**  
Diretor-Presidente



---

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de licenciamento e suporte técnico da solução corporativa Sophos XDR e Sophos XDR-Server, contemplando a renovação de licenças existentes e a aquisição de novas licenças de uso, destinadas à proteção de estações de trabalho e servidores, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A PortosRio atualmente utiliza, em seu ambiente computacional, as licenças da solução XDR, destinadas à proteção de estações de trabalho, notebooks e servidores corporativos contra ameaças cibernéticas. As licenças foram originalmente fornecidas sob a denominação Sophos Central Intercept X Advanced with EDR, no âmbito do Contrato nº 13/2021, cuja vigência se encerra ao final de abril de 2026, não havendo possibilidade de prorrogação.

2.2. Considerando a proximidade do término da vigência do referido contrato e, conseqüentemente, do licenciamento atualmente utilizado, torna-se necessária a realização de nova contratação, de modo a assegurar a continuidade da proteção dos ativos computacionais da Companhia e evitar a interrupção dos mecanismos de defesa atualmente implementados.

2.3. A proteção de endpoints constitui elemento essencial da arquitetura de segurança cibernética institucional, tendo em vista que estações de trabalho, notebooks e servidores representam pontos sensíveis da infraestrutura tecnológica, frequentemente utilizados como vetores de exploração por códigos maliciosos, ataques de ransomware, phishing e outras ameaças digitais. Nesse contexto, tais ativos demandam mecanismos específicos de defesa, capazes de atuar diretamente nos dispositivos finais, identificando, prevenindo e neutralizando ameaças em tempo de execução.

2.4. Adicionalmente, a manutenção de solução corporativa de proteção para endpoints contribui para a preservação da integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações institucionais, bem como para a continuidade das operações administrativas e operacionais da PortosRio, reduzindo riscos de indisponibilidade de sistemas, comprometimento de dados e outros impactos decorrentes de incidentes de segurança da informação.

2.5. Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de contratação de solução de proteção para endpoints que contemple o fornecimento de licenças, atualizações e suporte técnico, de forma a garantir níveis adequados de segurança, gestão centralizada e proteção contínua do ambiente computacional da Companhia.

---

## **2.6. Justificativa para os quantitativos definidos:**

2.6.1. Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, o quantitativo de licenças foi definido com base no levantamento do parque computacional atualmente em operação na infraestrutura tecnológica da PortosRio, abrangendo estações de trabalho do tipo desktop, notebooks corporativos e servidores utilizados na execução das atividades institucionais.

## **2.7. Justificativa para indicação de marca**

2.7.1. A indicação da solução Sophos XDR, atualmente utilizada no ambiente computacional da Companhia, fundamenta-se na análise técnica, operacional e econômica realizada no Estudo Técnico Preliminar.

2.7.2. A solução encontra-se plenamente implantada e integrada à infraestrutura de tecnologia da informação da PortosRio, com agentes já distribuídos nos ativos institucionais, políticas de segurança configuradas e equipe técnica familiarizada com os procedimentos de administração, monitoramento e resposta a incidentes.

2.7.3. A eventual substituição da solução implicaria a realização de atividades adicionais de implantação, transição e adaptação do ambiente tecnológico, incluindo redistribuição de agentes, redefinição de políticas de segurança, reconfiguração da console de gerenciamento, integração com sistemas existentes e capacitação da equipe técnica. Tais atividades acarretariam custos indiretos relevantes, aumento da complexidade operacional no período de transição e potenciais riscos à estabilidade do ambiente de segurança da informação.

2.7.4. Nesse contexto, a manutenção da solução atualmente utilizada apresenta maior previsibilidade operacional e melhor relação de custo total de propriedade ao longo do ciclo de vida da contratação, ao evitar custos associados à migração tecnológica e à gestão da mudança.

2.7.5. Ressalta-se, ainda, que o licenciamento da solução é comercializado por ampla rede de parceiros autorizados do fabricante, circunstância que preserva a competitividade do certame e possibilita a participação de múltiplos fornecedores aptos a atender à demanda da Administração.

2.7.6. A indicação da marca encontra respaldo no princípio da padronização tecnológica e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, consolidada na Súmula nº 270, que admite a indicação de marca quando estritamente necessária para atender exigências de padronização, desde que devidamente justificada. Ademais, a medida está em consonância com o art. 47, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 13.303/2016, que autoriza a indicação de marca ou modelo quando houver necessidade de padronização do objeto.

2.7.7. Dessa forma, a indicação da solução Sophos XDR decorre da necessidade de preservar a continuidade operacional, a segurança do ambiente tecnológico e a padronização da plataforma já em operação na Companhia, não configurando preferência por fornecedor específico, sendo admitidas soluções equivalentes que comprovadamente atendam aos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência, nos termos da legislação aplicável.

## 2.8. Resultados Esperados

2.8.1. Manutenção da proteção de *endpoints*, evitando a descontinuidade após o encerramento do contrato nº 13/2021 e garantindo defesa constante contra malwares, vírus, *ransomwares* e demais ameaças digitais.

2.8.2. Redução de riscos cibernéticos, por meio de detecção e resposta imediata a incidentes em estações de trabalho, notebooks e servidores, complementando as demais camadas de segurança da Companhia.

2.8.3. Maior disponibilidade operacional, assegurando que incidentes de segurança não comprometam a execução das atividades críticas e rotineiras dos portos administrados pela Companhia.

## 3. DETALHAMENTO DO OBJETO

3.1. O objeto da presente contratação abrange no fornecimento das seguintes licenças:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	SKU
1	Renovação de subscrição da licença SOPHOS XDR for User, por 36 meses	600	CIXXDU24AGRGAA
2	Renovação de subscrição da licença SOPHOS XDR for Server, por 36 meses	90	CIXXDS24BDRGAA
3	Fornecimento de subscrição da licença SOPHOS XDR for User, por 36 meses	50	CIXXDU24AGRGAA
4	Fornecimento de subscrição da licença SOPHOS XDR for Server, por 36 meses	30	CIXXDS24BDRGAA
5	Sophos Endpoint for Legacy Platforms - 1-499 users - 24 MOS - Renewal	1	W7SUPP24HARCAA

## 4. ENQUADRAMENTO COM O PDTIC

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	NECESSIDADE DEFINIDA NO PDTIC	ID	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ASSOCIADOS
35	Manter o parque tecnológico da CDRJ atualizado e padronizado	n/a	Embora essa necessidade não esteja diretamente associada a um projeto estratégico específico, ela constitui base fundamental para a execução de todos os demais projetos previstos no Plano. A atualização e padronização do parque tecnológico, que inclui a manutenção de soluções de segurança atualizadas, garante a estabilidade, a resiliência e a confiabilidade da infraestrutura de TIC. Dessa forma, o atendimento à necessidade N35 viabiliza a implementação das iniciativas estratégicas da Companhia, ao assegurar que a infraestrutura de base esteja protegida contra ameaças e apta a suportar os sistemas e serviços corporativos em níveis adequados de desempenho e segurança.

## **5. CRITÉRIOS DE PARCELAMENTO OU AGRUPAMENTO EM LOTES**

5.1. A contratação em lote único mostra-se tecnicamente mais adequada para o objeto em questão, tendo em vista que a solução de proteção de endpoints constitui plataforma tecnológica integrada, composta por licenciamento, mecanismos de detecção e resposta a ameaças e console centralizada de gerenciamento, cujos componentes operam de forma interdependente.

5.2. A divisão do objeto em múltiplos lotes poderia resultar na contratação de fornecedores distintos para componentes de uma mesma solução, o que introduziria complexidade adicional na gestão contratual, dificultaria a definição de responsabilidades técnicas e poderia comprometer a adequada prestação do suporte técnico, especialmente em situações que demandem atuação integrada entre os diferentes elementos da solução.

5.3. Adicionalmente, a contratação em lote único contribui para padronização tecnológica do ambiente de segurança da informação, assegurando uniformidade na gestão das políticas de proteção, na administração dos agentes instalados nos dispositivos institucionais e na consolidação das informações de monitoramento e resposta a incidentes.

5.4. Ressalta-se, ainda, que o objeto da contratação corresponde essencialmente ao fornecimento de licenças de uma mesma solução de segurança, destinadas a diferentes tipos de ativos computacionais (estações de trabalho, notebooks e servidores), não havendo independência funcional entre os itens que justifique sua segregação em lotes distintos.

5.5. Dessa forma, a adoção de lote único busca garantir maior eficiência na gestão contratual, preservar a integridade técnica da solução e reduzir riscos operacionais associados à eventual fragmentação do fornecimento, mantendo-se alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência e da padronização tecnológica do ambiente de TIC da Companhia.

## **6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS**

6.1. Os itens definidos no presente documento são de natureza comum, nos termos do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

## **7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIOS**

7.1. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, visto que o objeto em questão não possui alta complexidade e que a realidade do mercado demonstra que existem diversas empresas especializadas nesse tipo de contratação.

## **8. REGIME DE EXECUÇÃO**

8.1. A contratação será realizada sob o regime de empreitada por preço unitário, contemplando a entrega e ativação de todas as licenças de forma integrada, com início de vigência simultâneo e cobertura total pelo período contratado.

## **9. PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

9.1. O prazo para o fornecimento das licenças é de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato.

9.2. Este prazo poderá ser prorrogado, excepcionalmente, uma única vez, por até igual período, desde que a Contratada apresente justificativa formal devidamente fundamentada, acompanhada de documentação que comprove a necessidade da prorrogação. A solicitação deverá ser submetida à apreciação da Fiscalização do contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias consecutivos do término do prazo originalmente pactuado.

9.3. A prorrogação estará condicionada à análise e aprovação pela Fiscalização, que avaliará a pertinência dos motivos apresentados.

#### **9.4. Condições de recebimento:**

9.4.1. O recebimento pode ser:

**a)Provisório:** no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à PortosRio, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela contratada;

**b)Parcial:** relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no instrumento contratual, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;

**c)Definitivo:** relativo à aceitação da integralidade do instrumento contratual e liberação da contratada tocante a vícios aparentes.

9.4.2. Se o instrumento contratual não dispuser de forma diferente, os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da contratada direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a)Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b)Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c)Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

9.5. Em caso de atraso na entrega do objeto, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades descritas no item 21.

9.6. Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da PortosRio (IN.GECOMP.06.001 – Gerir Compras e Instrumentos Contratuais) e no o *Instrumento Normativo GERCOS 10.003*.

## **10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.1. A (s) empresa (s) deverá (ão), obrigatoriamente, caso se sagre (m) vencedora (s) do certame apresentar:

10.1.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de licenças de software (licenciamento) do fabricante SOPHOS, em quantitativo mínimo de 40% (quarenta por cento) do volume total estimado para os itens 1 e 2. Tal exigência decorre do fato de tratar-se da parcela de maior relevância do objeto contratado;

10.1.2. Documento emitido pela SOPHOS ou por seu distribuidor autorizado no Brasil, comprovando que a empresa licitante está autorizada e capacitada a comercializar o objeto da presente licitação.

10.1.3. Declaração de não ocorrência de registro de oportunidade, em atendimento ao disposto na IN SGD/ME nº 94/2022.

10.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar relacionado(s) à atividade econômica principal ou secundária da licitante, conforme especificado em seu contrato social registrado na junta comercial competente.

10.3. Cada atestado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: nome do declarante, CNPJ, endereço, telefone da empresa emitente e descrição clara que permita comprovar que os serviços prestados atendem aos requisitos de qualidade exigidos.

10.4. A PortosRio poderá solicitar, em caráter de diligência, informações complementares para comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), como a cópia do contrato que deu suporte à contratação, o endereço atual da contratante, o local em que os serviços foram prestados, entre outros.

## **11, VALOR ESTIMADO**

11.1. O valor estimado para o presente processo licitatório é sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da fase de lances, em conformidade com o art. 15 do Decreto nº. 10.024/2019.

11.2. A proposta comercial deverá conter, no mínimo, as informações dispostas na tabela a seguir, incluindo o valor total para o contrato, em formato numérico e por extenso, e a validade da proposta.

11.3. Para cada item, a licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, prospecto com as características técnicas do produto ofertado, possibilitando identificar de forma inequívoca as exigências previstas neste Termo de Referência.

11.4. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no site do fabricante na Internet, juntamente com o endereço do site.

## **12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. As despesas decorrentes da execução do contrato previsto no presente termo correrão à conta da rubrica orçamentária de nº 225101001 - Tecnologia da Informação.

## **13. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS**

13.1. A empresa contratada deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, apresentar à Fiscalização a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato.

13.2. A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.



13.3. A garantia somente será devolvida à CONTRATADA quando terminada a execução contratual e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a PortosRio, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

13.4. Em caso de aditamento ao instrumento contratual, importando tal fato na elevação de seu valor total, a CONTRATADA se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

13.5. A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

## **14. PAGAMENTO**

14.1. O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela PortosRio no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela Fiscalização, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da CONTRATADA.

14.2. As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes deverão ser apresentadas sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

14.3. Havendo erro nas notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, as notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes serão devolvidas à CONTRATADA pela FISCALIZAÇÃO e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução, se a mesma for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

14.4. Nas notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes é recomendado que a CONTRATADA faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao instrumento contratual, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

14.5. As notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do instrumento contratual, especificando o objeto e as quantidades, se houver.

14.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela PortosRio, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice IPCA, "pro rata die", calculado pelo IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

14.7. Junto às notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, a CONTRATADA apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

14.8. Eventual situação de irregularidade fiscal da CONTRATADA não impede o pagamento, se o material/serviço tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará,

entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

14.9. O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da CONTRATADA e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à FISCALIZAÇÃO da PortosRio.

14.10. A PortosRio, quando do pagamento, procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela CONTRATADA.

## 15. VIGÊNCIA

15.1. O prazo de vigência do Contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da PortosRio, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e o disposto no Anexo IX da IN SEGES nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a PortosRio mantém interesse na realização do serviço; Seja comprovado que o valor contratual permanece economicamente vantajoso para a PortosRio;
- d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação.

## 16. REAJUSTE

16.1. O valor será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta, pela variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, conforme previsão expressa contida no art. 24 da Instrução Normativa nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

16.2. O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

**R:** valor do reajustamento;

**V:** valor do serviço a ser reajustado;

**I<sub>0</sub>:** índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

**I:** índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

## 17. DO GESTOR

17.1. A gestão dos instrumentos contratuais ficarão a cargo da Gerência de Operação de Soluções - GERSOL.

17.2. A substituição da gestão contratual somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da PortosRio ou a quem ele delegar.

## 18. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O objeto será recebido por empregado (s) designado (s) pela PortosRio, denominado simplesmente FISCALIZAÇÃO, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento que venha a ser determinada pela PortosRio, a seu exclusivo juízo.

18.2. Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

18.3. O procedimento de FISCALIZAÇÃO não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução do objeto, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da PortosRio ou de seus empregados ou prepostos.

18.4. Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a FISCALIZAÇÃO deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da PortosRio, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do **IN.GECOMP 06.002 - Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas**).

18.5. A tolerância ou o não exercício pela PortosRio de quaisquer direitos a ela assegurados no instrumento contratual ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

18.6. A FISCALIZAÇÃO da PortosRio reservar-se-á o direito de impugnar o que não for realizado a contento, ficando a CONTRATADA na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a PortosRio.

## 19. SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. Na execução dos serviços descritos neste Termo de Referência, a CONTRATADA terá acesso a informações sensíveis da PortosRio, cabendo à mesma as seguintes responsabilidades:

19.1.1. Sigilo e Confidencialidade: Manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre toda e qualquer informação à qual venha a ter acesso em decorrência da execução do contrato. As informações devem ser tratadas como confidenciais, exceto aquelas previamente classificadas como de domínio público pela PortosRio. O descumprimento dessa obrigação poderá resultar em responsabilidade civil, penal e administrativa, conforme previsto no art. 325 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal Brasileiro).

19.1.2. Responsabilidade pela Divulgação: Assumir total responsabilidade pela divulgação não autorizada ou uso inadequado de qualquer informação pertencente à PortosRio, sendo responsável pelas consequências legais decorrentes.

## **20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

20.1. A CONTRATADA, no que couber, deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República e nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª Edição Atualizada e Ampliada, novembro/2025.

## **21. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

21.1. A CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

I-Advertência.

II-Multa.

III-Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PortosRio, por até 2 (dois) anos.

21.2. A sanção de multa constante do inciso II do subitem anterior poderá ser aplicada de forma cumulativa com as constantes dos incisos I e III do mesmo subitem.

### **21.3 Da sanção de advertência**

21.3.1. A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.3.2. A reincidência da sanção de advertência ensejará a aplicação de penalidade de multa pela PortosRio.

### **21.4. Da sanção de multa**

21.4.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.

b) Em decorrência de não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado pelo licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.

c) Pela recusa em assinar, aceitar ou retirar o instrumento contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor estimado para a licitação em questão.

d) Pelo atraso na fornecimento das licenças, poderá ser aplicada multa correspondente a até 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a

5 (cinco) dias. A partir do 6º (sexto) dia, o percentual de multa será de 3% (três por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias.

e) Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 5 (cinco) dias. A partir do 6º (sexto) dia, o percentual de multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do instrumento contratual, limitada a incidência a 2 (dois) dias.

f) No caso de não cumprimento dos prazos estabelecidos no subitem anterior, ficará a critério da Contratante, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa, prosseguir com os procedimentos relativos à rescisão contratual.

g) No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de até 20% sobre o valor do instrumento contratual.

h) No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de até 30% sobre o valor do instrumento contratual.

21.4.2. Os casos previstos no subitem anterior são meramente exemplificativos, podendo a PORTOSRIO sugerir a aplicação de um percentual de multa para outros casos devendo, entretanto, levar em consideração a conduta praticada e a intensidade do dano provocado e segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade

O não pagamento da multa aplicada poderá ensejar a adoção das medidas cabíveis, inclusive cobrança judicial, observado o disposto na IN.GECOMP.06.002.

21.4.3. Será considerado como "inexecução parcial" o atraso na entrega do objeto superior a 15 dias, sem a devida justificativa, devendo esta ser informada à Fiscalização com antecedência mínima de 10 dias consecutivos do prazo de entrega definido no cronograma de execução, para análise.

21.4.4. Será considerado como "inexecução total" o atraso na entrega do objeto superior a 30 dias, sem a devida justificativa, devendo esta ser informada à Fiscalização com antecedência mínima de 10 dias consecutivos do prazo de entrega definido no cronograma de execução, para análise.

21.4.5. A aplicação da sanção de multa será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

## **21.5. Da sanção de suspensão**

21.5.1. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à PortosRio, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

21.5.2. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

21.5.3.. A aplicação da sanção de suspensão será registrada no SICAF ou em outro sistema próprio para este fim.

21.6. Para aplicação de quaisquer das sanções previstas, a PortosRio definirá o rito apropriado, observando, em especial, o seguinte:

- a) Notificação formal à CONTRATADA.
- b) Garantia do contraditório e da ampla defesa.
- c) Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

21.7. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a PortosRio autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA o valor da multa devida.

21.8. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

21.9. Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

21.10. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo acima, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

21.11. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da PortosRio.

21.12. No caso de haver rescisão contratual, a CONTRATADA deverá fornecer, pelo período mínimo de 30 (trinta) dias corridos, todas as informações necessárias à transição para a nova contratada, além de elaborar e atualizar toda a documentação que por ventura não tenha sido devidamente gerada ou atualizada durante o período de vigência do contrato.

21.13. As decisões oriundas dos processos administrativos sancionatórios serão publicadas no Diário Oficial da União (DOU).

## **22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

22.1. Além das responsabilidades resultantes da Lei nº 13.303/16, a CONTRATADA deverá:

22.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à PortosRio, que deverá responder pela fiel execução do contrato.

22.1.2. Deverá primar pelo bom planejamento das atividades, utilizar as boas práticas técnicas e de governança, avaliar previamente a viabilidade técnica, os riscos e os impactos de suas ações, planejar e documentar adequadamente as mudanças de configuração dos ativos de Segurança da Informação.

22.1.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

22.1.4 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.

22.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

22.1.6. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

22.1.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, salvo com expressa autorização da PortosRio.



22.1.8. Responder administrativa, civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à PortosRio e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, quando comprovada a culpa ou dolo da CONTRATADA.

22.1.9. Comunicar a PortosRio, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

22.1.10. Manter os seus profissionais qualificados nas ferramentas, metodologias, processos e tecnologias utilizados pela PortosRio durante toda a vigência do contrato.

22.1.11. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da PortosRio.

22.1.12. Zelar pelo sigilo e confidencialidade de quaisquer informações referentes à estrutura, topologia, dados, usuários, sistemas, bem como outras informações que porventura venha a ter acesso, em função do desempenho das suas atividades, relacionados à PortosRio, durante e após o fim do Contrato, salvo se houver autorização expressa por ela para divulgação;

22.1.13. Garantir sigilo e inviolabilidade das informações e comunicações realizadas por meio do serviço desta contratação, salvo nas hipóteses previstas em lei.

22.1.14. Responder pelos danos comprovadamente, após ampla defesa, causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, sua ou de seus empregados ou prepostos, quando na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em função da fiscalização e acompanhamento realizados pela PortosRio.

### **23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

23.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 13.303/2016, a PortosRio deverá:

23.1.1. Exercer a fiscalização dos serviços por empregados especialmente designados.

23.1.2. Assegurar-se da boa prestação e da boa qualidade dos serviços prestados.

23.1.3. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

23.1.4. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário, para execução dos serviços.

23.1.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

23.1.6. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

23.1.7. Solicitar a empresa contratada, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços desejados.

23.1.8. Informar a empresa contratada de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados.

23.1.9. Comunicar formalmente qualquer anormalidade ocorrida na execução dos serviços.

### **24. DAS RESPONSABILIDADES**

24.1. O instrumento contratual será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas nele avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da PortosRio (IN.GECOMP.06.001 – Gerir Compras e Instrumentos Contratuais), do Instrumento Normativo GERCOS 10.003 e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.



24.2. A CONTRATADA assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória do instrumento contratual, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a PortosRio e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

24.3. A CONTRATADA assumirá total responsabilidade sobre o que for executado com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

24.4. À CONTRATADA cabe assumir a responsabilidade por:

a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a PortosRio;

b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução contratual, ainda que acontecido em dependência da PortosRio;

c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução contratual, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

d) Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

24.5. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no subitem anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à PortosRio, nem pode onerar o objeto contratual, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a PortosRio.

## **25. APROVAÇÃO E ASSINATURA**

25.1. A Equipe de Planejamento da Contratação, instituída pela Portaria 422 (doc. SEI [10416304](#)), de 16 de outubro de 2025, em conformidade com o subitem 5.3.7 da IN.GERCOS.10.003, aprova e assina o presente Termo de Referência.

## ANEXO I-A

### DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA – DOD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

#### 1.INTRODUÇÃO

Em conformidade com IN.GERCOS 10.003, a fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento do Documento de Oficialização da Demanda pela Área de TIC.

Este documento deverá ser elaborado pela Área Requisitante da solução.

#### PREENCHIMENTO PELA ÁREA REQUISITANTE

##### 2.IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

**Nome do Projeto:** Solução de software de proteção de endpoints (antivírus)

**Unidade/Setor/Departamento:** GERSOL

**Responsável pela demanda:** Juliana de Araújo de Toledo **Matrícula:** 09529

##### 3.IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE REQUISITANTE/ TÉCNICO

**Nome:** Juliana de Araújo de Toledo

**Matrícula:** 09529

**Cargo:** Gerente

**Lotação:** GERSOL

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE definidas na IN.GERCOS 10.003/23, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

(assinado eletronicamente)  
JULIANA DE ARAÚJO DE TOLEDO  
Integrante requisitante e técnico

##### IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

**Nome:** Alessandro Jorge Barros Ribeiro

**Matrícula:** 09624

**Cargo:** Supervisor

**Lotação:** SUAITE

Por este instrumento declaro ter ciência das competências do INTEGRANTE REQUISITANTE definidas na IN.GERCOS 10.003/23, bem como da minha indicação para exercer esse papel na Equipe de Planejamento da Contratação.

(assinado eletronicamente)  
ALESSANDRO JORGE BARROS RIBEIRO  
Integrante administrativo

## 4. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

### 4.1. Necessidade da Contratação

4.1.1. A PortosRio mantém, atualmente, contrato nº 13/2021, cujo objeto é o fornecimento de solução de proteção para *endpoints* (antivírus corporativo), com vigência até abril de 2026, sem possibilidade de prorrogação. Considerando que se trata de serviço essencial para a continuidade das operações e para a segurança da infraestrutura tecnológica da Companhia, faz-se necessária a abertura do processo de contratação de novas licenças, de forma a garantir a substituição tempestiva do contrato vigente.

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
Mapa Estratégico 2025-2030	
1. INFRAESTRUTURA	Modernizar e expandir a infraestrutura portuária, assegurando que o porto seja um centro logístico de excelência

### 4.2. Motivação/Justificativa

4.2.1. A contratação proposta é necessária para garantir a continuidade da segurança cibernética da Companhia, preservando a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações corporativas. Os *endpoints* — estações de trabalho, notebooks e servidores — representam a principal porta de entrada de ameaças digitais e exigem defesa dedicada por meio de antivírus corporativo atualizado e robusto.

4.2.2. Nesse contexto, importa registrar que, embora a PortosRio tenha evoluído significativamente nesse quesito em 2025, ao adquirir e implantar ferramentas avançadas de segurança cibernética, como módulos de visibilidade e observabilidade de tráfego, proteção em nível de rede (IP) e atualização das licenças de firewall, tais soluções atuam em camadas distintas da defesa e não substituem a proteção nos dispositivos finais. Enquanto firewalls e sistemas de monitoramento controlam riscos na borda e no tráfego de rede, o antivírus é a única solução capaz de identificar e neutralizar malwares executados diretamente nos *endpoints*, sendo essencial a sua manutenção.

### 4.3. Impactos da ausência da solução

4.3.1. Sem a contratação, após o término do contrato nº 13/2021, a Companhia ficaria exposta a riscos relevantes, como aumento da vulnerabilidade a ataques, comprometimento da infraestrutura crítica de TIC e descumprimento da LGPD, com impactos diretos na continuidade das operações portuárias.

## 5. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

### 5.1. Com a contratação pretende-se assegurar:

5.1.1. Continuidade da proteção de *endpoints*, evitando descontinuidade após o encerramento do contrato nº 13/2021 e garantindo defesa constante contra malwares, vírus, *ransomwares* e demais ameaças digitais.

5.1.2. Redução de riscos cibernéticos, por meio de detecção e resposta imediata a incidentes em estações de trabalho, notebooks e servidores, complementando as demais camadas de segurança da Companhia.

5.1.3. Maior disponibilidade operacional, assegurando que incidentes de segurança não comprometam a execução das atividades críticas e rotineiras dos portos administrados pela Companhia.

## 6. FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da pretensa contratação correrão por conta da Rubrica Orçamentária “225101001 – Tecnologia da Informação.”

ENCAMINHAMENTO			
Encaminhe-se à Superintendência de Tecnologia da Informação, para providências.			
(assinado eletronicamente)			
<b>JULIANA DE ARAÚJO DE TOLEDO</b>			
Gerente da GERSOL			

## PREENCHIMENTO PELA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ALINHAMENTO AO PDTIC - 2022 a 2025			
ID	Ação do PDTIC	ID	Projeto Estratégico associado
35	Manter o parque tecnológico da CDRJ atualizado e padronizado	N/A	Embora essa necessidade não esteja diretamente associada a um projeto estratégico específico, ela constitui base fundamental para a execução de todos os demais projetos previstos no Plano. A atualização e padronização do parque tecnológico, que inclui a manutenção de soluções de segurança atualizadas, garante a estabilidade, a resiliência e a confiabilidade da infraestrutura de TIC. Dessa forma, o atendimento à necessidade N35 viabiliza a implementação das iniciativas estratégicas da Companhia, ao assegurar que a infraestrutura de base esteja protegida contra ameaças e apta a suportar os sistemas e serviços corporativos em níveis adequados de desempenho e segurança.

#### ALINHAMENTO AO PLABS 2026

Item	Descrição
1056	Serviço de monitoramento e tratamento de endpoints.

#### JUSTIFICATIVA PARA ACUMULAÇÃO DE PAPÉIS (SE APLICÁVEL)

Ausência de efetivo técnico justifica a indicação de gerente como Integrante Requisitante e Técnico.

#### JUSTIFICATIVA PARA A DESIGNAÇÃO DE DIRIGENTE DA ÁREA DE TIC (SE APLICÁVEL)

Ausência de efetivo no setor.

#### ENCAMINHAMENTO

Considerando que a demanda apresentada pela GERSOL é necessária para garantir a continuidade da segurança cibernética da Companhia, preservando a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações corporativas e que se encontra alinhada ao PDTIC vigente, aprovo a solicitação e determino o prosseguimento da instrução da contratação, com participação das áreas envolvidas.

Encaminhe-se à autoridade competente da Área Administrativa, que deverá:

Decidir motivadamente sobre o prosseguimento da contratação;

Indicar o Integrante Administrativo para composição da Equipe de Planejamento da Contratação, quando da continuidade da contratação; e

Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, conforme exposto no inciso IV do art. 2º, e inciso III do §2º do art. 10.

*(assinado eletronicamente)*

**ALDO CARVALHO RIBEIRO**

Superintendente de Tecnologia da Informação

---

## ANEXO I-B

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

## 1. INTRODUÇÃO

1.1. O Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e visa, essencialmente, assegurar sua viabilidade e embasar o termo de referência a ser elaborado, caso a contratação seja considerada exequível.

1.2. Nesse contexto, a presente análise tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento das demandas contidas no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, em consonância com a IN GERCOS 10.003.

## 2. DEFINIÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

### 2.1. Contextualização:

2.1.1. A PortosRio mantém, atualmente, contrato nº 13/2021, cujo objeto é o fornecimento de solução de proteção para *endpoints* (antivírus corporativo), com vigência até abril de 2026, sem possibilidade de prorrogação.

2.1.2. Considerando que se trata de serviço essencial para a continuidade das operações e para a segurança da infraestrutura tecnológica da Companhia, faz-se necessária a realização de nova contratação, de forma a evitar a interrupção da proteção fornecida por este licenciamento.

2.1.3. A proteção de endpoints constitui camada fundamental da arquitetura de segurança cibernética, uma vez que estações de trabalho, notebooks e servidores representam vetores diretos de exploração por códigos maliciosos, ransomwares, ataques de phishing e outras ameaças digitais. Tais ativos demandam defesa específica e dedicada, capaz de atuar diretamente no dispositivo final, identificando e neutralizando ameaças em tempo de execução.

2.1.4. Registra-se que, embora a Companhia tenha promovido, nos últimos exercícios, a modernização significativa de sua infraestrutura de segurança cibernética — incluindo a adoção de soluções avançadas de proteção em nível de rede, visibilidade e observabilidade de tráfego e atualização de licenças de firewall — essas ferramentas operam em camadas distintas da defesa e não substituem a necessidade de proteção nos endpoints. Enquanto os mecanismos de borda e monitoramento mitigam riscos associados ao tráfego e ao perímetro da rede, apenas a solução de proteção de endpoints é capaz de atuar diretamente sobre ameaças executadas localmente nos dispositivos.

2.1.5. A eventual descontinuidade da solução, após o encerramento do contrato nº 13/2021, exporia a Companhia a riscos relevantes, tais como aumento da superfície de ataque, comprometimento da infraestrutura crítica de TIC, indisponibilidade de serviços essenciais e descumprimento de requisitos legais e regulatórios, em especial aqueles relacionados à Lei

---

Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com impactos diretos sobre a continuidade das operações portuárias e a segurança institucional.

## **2.2. Identificação das necessidades de negócio:**

2.2.1. Garantir a continuidade da proteção cibernética nos dispositivos finais (*endpoints*) evitando lacunas de segurança que poderiam resultar em incidentes com impactos operacionais, reputacionais e legais.

## **2.3. Identificação das necessidades tecnológicas:**

2.3.1. Para o atendimento da demanda, deve-se manter solução corporativa de proteção para endpoints capaz de prover prevenção, detecção e resposta a ameaças cibernéticas nos dispositivos finais, incluindo estações de trabalho, notebooks e servidores, em ambiente heterogêneo.

2.3.2. A solução requerida deve operar de forma centralizada, com gestão unificada, aplicação de políticas de segurança, monitoramento contínuo e capacidade de resposta a incidentes, permitindo a rápida identificação e mitigação de ameaças executadas diretamente nos endpoints.

2.3.3. Considerando a criticidade do ambiente institucional, faz-se necessária solução tecnologicamente madura, amplamente consolidada no mercado, com capacidade de integração com o ecossistema de segurança já existente, bem como compatível com o porte e a complexidade do parque computacional da Companhia.

2.3.4. Adicionalmente, a solução deve possibilitar expansão do licenciamento de forma escalável, acompanhando o crescimento do parque tecnológico, sem necessidade de reimplantação ou alteração estrutural da arquitetura atualmente adotada.

## **2.4. Alinhamento ao PDTIC:**

2.4.1. Conforme o disposto no DOD, embora essa necessidade não esteja diretamente associada a um projeto estratégico específico, ela constitui base fundamental para a execução de todos os demais projetos previstos no Plano. A atualização e padronização do parque tecnológico, que inclui a manutenção de soluções de segurança atualizadas, garante a estabilidade, a resiliência e a confiabilidade da infraestrutura de TIC. Dessa forma, o atendimento à necessidade N35 (Manter o parque tecnológico da CDRJ atualizado e padronizado) viabiliza a implementação das iniciativas estratégicas da Companhia, ao assegurar que a infraestrutura de base esteja protegida contra ameaças e apta a suportar os sistemas e serviços corporativos em níveis adequados de desempenho e segurança.

## **2.5. Requisitos Legais:**

2.5.1. A Contratação deverá atender às determinações contidas nos seguintes instrumentos:

I-Lei nº 13.303/2016;

II-IN GECOMP 06.001;

III-IN GERCOS 10.003;

IV-Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 ; e

V- Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).



## 2.6. Critérios de Sustentabilidade:

2.6.1. A Contratação deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, no Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Casa Civil da Presidência da República e nas orientações constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 8ª Edição Atualizada e Ampliada, de novembro/2025, no que couber.

## 2.7. Disponibilidade de soluções similares em outro órgão ou entidade da Administração Pública:

ENTIDADE	LICITAÇÃO	OBJETO	ANO
UASG: 389477	PE nº 90004/2025	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de licenças de software antivírus endpoint e proteções avançadas para estações de trabalho, servidores e dispositivos móveis, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	2025
UASG: 928379	PE nº 90074/2024	Constitui objeto do presente instrumento a AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES - <b>SOPHOS</b> , para atender ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso SENAR/MT, conforme condições, quantidades e especificações constantes neste Edital e seus anexos.	2025
UASG: 410072	PE nº 90009/2025	Contratação de solução de Proteção, Detecção e Resposta de Endpoint (EDR), por meio de subscrição na modalidade Software as a Service (SaaS), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	2025
UASG: 389090	PE nº 90010/2025	Contratação de empresa especializada para renovação das licenças de <b>proteção</b> de endpoints do tipo estações de trabalho e servidores utilizados pela Gerência de Tecnologia da Informação do Crea-RJ, todos com suporte e garantia do fabricante, pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.	2025
UASG: 926625	PE nº : 90047/2025	Contratação de uma solução de Detecção e Resposta a Ameaças (EDR – Endpoint Detection and Response) por 36 meses, via Sistema de Registro de Preços.	2025

## 2.8. Soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>):

- Não foram identificadas soluções no Portal do Software Público Brasileiro ([www.softwarepublico.gov.br](http://www.softwarepublico.gov.br)) que atendam à necessidade neste Estudo, tampouco soluções compatíveis com a arquitetura de segurança atualmente implantada.

## 2.9. Capacidade e alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público:

2.9.1. O mercado de soluções de proteção para endpoints apresenta elevado grau de maturidade, com ampla oferta de produtos e serviços disponibilizados por diversos fornecedores nacionais e internacionais, aptos a atender às demandas de prevenção, detecção e resposta a incidentes de segurança cibernética em ambientes corporativos.

2.9.2. As soluções disponíveis no mercado contemplam, de modo geral, funcionalidades como proteção antimalware, monitoramento comportamental, gestão centralizada, aplicação de políticas de segurança, atualização contínua e mecanismos avançados de detecção e resposta a ameaças, sendo ofertadas sob diferentes modelos de licenciamento, suporte e contratação.

2.9.3. No que se refere à existência de software livre ou software público, identifica-se a disponibilidade de ferramentas abertas voltadas à detecção de ameaças, análise de comportamento e monitoramento de eventos de segurança. Tais soluções contam,

predominantemente, com suporte comunitário, podendo, em alguns casos, admitir a contratação de suporte profissional por meio de terceiros ou de modelos comerciais associados.

2.9.4. Contudo, diferentemente das soluções corporativas integradas, a adoção dessas ferramentas demanda esforço adicional de integração, customização, operação e manutenção, bem como a celebração de contratos específicos para suporte, atualização e resposta a incidentes. Ademais, tais soluções não oferecem, de forma padronizada e nativa, garantias de nível de serviço, atualização contínua e gestão centralizada compatíveis com ambientes corporativos críticos.

2.9.5. Dessa forma, observa-se que o mercado dispõe de múltiplas alternativas tecnológicas aptas a atender à necessidade identificada, cabendo à Administração, nas etapas subsequentes do planejamento, proceder à avaliação comparativa das soluções disponíveis à luz dos requisitos técnicos, operacionais, econômicos e de gestão de riscos

**2.10. Observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING e Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, conforme as Portarias Normativas SLTI nº 5, de 14 de julho de 2005 e nº 3, de 7 de maio de 2007:**

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

**2.11. Aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICPBrasil, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, quando houver necessidade de utilização de certificação digital:**

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

**2.12. Observância às orientações, premissas, especificações técnicas e funcionais definidas pelo Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), quando o objetivo da solução abranger a gestão de documentos arquivísticos digitais e não digitais, conforme Resolução do CONARQ nº 32, de 17 de maio de 2010:**

- Dada a natureza a demanda, o tópico não se aplica ao contexto do presente estudo.

**2.13. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC:**

2.13.1. A solução deverá ser ofertada sob modelo de licenciamento compatível com as práticas de mercado, admitindo vigência contratual que favoreça a estabilidade operacional e a eficiência administrativa, evitando renovações excessivamente frequentes que impliquem aumento do custo de gestão contratual e riscos de descontinuidade do serviço.

2.13.2. Deverá ser assegurada a autenticidade, regularidade e legitimidade das licenças fornecidas, com comprovação de que se tratam de licenças originais, válidas e aptas à utilização em ambiente corporativo, bem como compatíveis com o quantitativo contratado e com o período de vigência estabelecido.

2.13.3. A solução deverá contar com suporte técnico adequado, seja diretamente pelo fabricante, seja por meio de parceiro autorizado, de forma a garantir atendimento a

incidentes, atualização de versões e correção de vulnerabilidades durante toda a vigência contratual.

## 2.14. Resultados Esperados

2.14.1. Manutenção da proteção de *endpoints*, evitando a descontinuidade após o encerramento do contrato nº 13/2021 e garantindo defesa constante contra malwares, vírus, *ransomwares* e demais ameaças digitais.

2.14.2. Redução de riscos cibernéticos, por meio de detecção e resposta imediata a incidentes em estações de trabalho, notebooks e servidores, complementando as demais camadas de segurança da Companhia.

2.14.3. Maior disponibilidade operacional, assegurando que incidentes de segurança não comprometam a execução das atividades críticas e rotineiras dos portos administrados pela Companhia.

## 3. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

3.1. Para atendimento à necessidade de continuidade da proteção de *endpoints*, foram identificadas as seguintes alternativas tecnológicas:

**3.1.1. Solução 1:** Manutenção da solução corporativa de proteção de endpoints atualmente em uso, por meio da renovação do licenciamento existente, com eventual ampliação do quantitativo de licenças, preservando a arquitetura, os processos operacionais e o modelo de suporte já adotados;

**3.1.2. Solução 2:** Substituição da solução atualmente utilizada por outra solução comercial equivalente, incluindo os serviços de implantação, configuração e treinamento;

**3.1.3. Solução 3:** Adoção de solução baseada em software livre ou software público, com eventual contratação de suporte técnico especializado e realização de atividades de integração, customização, operação e manutenção pela Administração ou por terceiros.

## 4. ANÁLISE DAS SOLUÇÕES

4.1. A análise preliminar das alternativas identificadas evidencia que as três abordagens são, em tese, tecnicamente viáveis para atendimento da necessidade de proteção de endpoints da Companhia.

4.2. Entretanto, as alternativas apresentam diferenças significativas quanto ao impacto operacional, à complexidade de gestão, à previsibilidade contratual e aos riscos associados à implantação e à continuidade do serviço.

4.3. A tabela a seguir apresenta uma análise comparativa das soluções identificadas em relação a aspectos relevantes da contratação:

Critério de Análise	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Aderência às necessidades de negócio	Atende integralmente às necessidades identificadas	Potencialmente atende, mediante adaptação	Potencialmente atende, dependendo de customizações
Continuidade operacional	Alta, sem interrupção do serviço	Média, com riscos durante implantação e transição	Baixa a média, conforme complexidade de implantação

Critério de Análise	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Complexidade de implantação	Baixa	Alta	Alta
Necessidade de adaptação do ambiente	Inexistente ou mínima	Elevada	Elevada
Maturidade e consolidação da solução	Elevada	Elevada (dependendo da solução contratada)	Variável
Gestão contratual	Similar entre soluções comerciais	Similar entre soluções comerciais	Elevada complexidade (licença + suporte + serviços)
Modelo de suporte	Estruturado e compatível com soluções corporativas	Estruturado e compatível com soluções corporativas	Predominantemente comunitário ou terceirizado
Previsibilidade operacional	Alta	Média	Baixa a média
Gestão de mudanças	Impacto baixo	Impacto elevado (redefinição de processos e fluxos)	Impacto elevado (redefinição de processos e fluxos)
Gestão do conhecimento	Conhecimento consolidado internamente	Necessidade de reaprendizado técnico	Necessidade elevada de capacitação
Escalabilidade do licenciamento	Compatível com o crescimento do parque	Compatível com o crescimento do parque	Dependente da solução e do suporte contratado
Risco operacional	Baixo	Médio	Médio a alto

## 5. SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS:

5.1. Durante a análise das alternativas, concluiu-se que nenhuma das soluções propostas pode ser considerada inviável, uma vez que ambas possuem mérito e aplicabilidade, dependendo do contexto estratégico e das prioridades da Administração.

## 6. COMPARAÇÃO ENTRE OS CUSTOS TOTAIS (TCO)

### 6.1. Solução 1: Renovação da solução atualmente em uso

6.1.1. Na alternativa de renovação da solução atualmente em uso, os custos associados ao ciclo de vida concentram-se, majoritariamente, no licenciamento e no suporte técnico da solução, uma vez que esta já se encontra implantada, integrada ao ambiente institucional e incorporada aos processos operacionais da Companhia.

6.1.2. Nessa hipótese, não se verifica a necessidade de atividades adicionais relevantes relacionadas à implantação, migração de agentes, redefinição de políticas de segurança ou reestruturação de processos, o que limita a incidência de custos indiretos ao longo da vigência contratual.

6.1.3. Ademais, o conhecimento técnico acumulado pela equipe responsável reduz a demanda por treinamentos extensivos, consultorias especializadas ou esforços adicionais de adaptação operacional, refletindo-se em maior previsibilidade quanto aos custos associados à operação da solução.

6.1.4. Do ponto de vista da governança contratual, a ausência de fase crítica de implantação reduz a necessidade de acompanhamento intensivo da fiscalização nas etapas iniciais do contrato, contribuindo para maior estabilidade na gestão da contratação.

### 6.2. Solução 2: Substituição por outra solução comercial consolidada

6.2.1. Além dos custos de licenciamento, esta opção envolve custos associados às etapas de implantação, transição e adaptação ao novo ambiente tecnológico.

6.2.2. Tais custos decorrem, principalmente, da necessidade de instalação de novos agentes, configuração inicial da solução, redefinição de políticas de segurança, integração

com sistemas existentes e validação operacional, demandando maior esforço técnico e acompanhamento mais intensivo da fiscalização contratual.

6.2.3. Adicionalmente, a adoção de uma nova solução implica custos indiretos relacionados à capacitação da equipe técnica, à adaptação dos procedimentos operacionais e à gestão da mudança organizacional, especialmente no período inicial de utilização da ferramenta.

6.2.4. Embora, após a fase de adaptação, os custos recorrentes de licenciamento e suporte tendam a se estabilizar, o ciclo de vida dessa alternativa incorpora custos adicionais nas fases iniciais da contratação, bem como maior complexidade na transição entre soluções.

### **6.3. Solução 3: Adoção de solução baseada em software livre ou software público**

6.3.1. Na solução baseada em software livre ou software público, os custos diretos de licenciamento são reduzidos ou inexistentes, sendo os custos do ciclo de vida deslocados, predominantemente, para as atividades de implantação, integração, customização, operação e suporte.

6.3.2. Essa alternativa demanda esforços significativos para definição de arquitetura, integração de componentes, configuração de mecanismos de gestão centralizada e estabelecimento de processos de monitoramento e resposta a incidentes, implicando maior consumo de recursos técnicos e operacionais.

6.3.3. Além disso, a necessidade de contratação de suporte especializado, consultorias externas ou serviços complementares, bem como a capacitação contínua da equipe interna, constitui elemento relevante no custo total ao longo da vigência contratual.

6.3.4. Soma-se a esses fatores a variabilidade associada à evolução das soluções abertas, o que pode demandar ajustes adicionais ao longo do tempo, com impactos diretos na previsibilidade dos custos e na gestão do ciclo de vida da solução.

## **7. ANÁLISE CONSOLIDADA**

7.1. A análise consolidada das soluções identificadas considerou, de forma integrada, os aspectos técnicos, operacionais, de governança e econômicos associados ao ciclo de vida de cada alternativa, à luz das necessidades de negócio da Companhia e dos requisitos estabelecidos neste Estudo Técnico Preliminar.

7.2. No que se refere às soluções comerciais consolidadas, tanto a manutenção da solução atualmente em uso quanto a eventual substituição por outra solução equivalente de mercado apresentam, em tese, capacidade técnica adequada para atendimento das necessidades de proteção de endpoints, com funcionalidades, modelos de suporte, escalabilidade e níveis de atualização compatíveis com ambientes corporativos críticos. Sob esse aspecto, não se identificam diferenças estruturais relevantes quanto à aptidão técnica dessas soluções para o atendimento da demanda institucional.

7.3. As distinções entre essas alternativas concentram-se, principalmente, nos impactos operacionais e econômicos associados ao ciclo de vida da contratação. A substituição da solução atualmente utilizada implica a realização de etapas adicionais de implantação, transição e adaptação, incluindo a redistribuição de agentes, a redefinição de políticas de segurança, a capacitação da equipe técnica e o acompanhamento mais intensivo da fiscalização contratual nas fases iniciais. Tais fatores introduzem vetores de custo indireto,

ampliam a complexidade operacional no período de transição e impactam a gestão do conhecimento institucional, com reflexos na previsibilidade da operação.

7.4. Por outro lado, a alternativa de adoção de solução baseada em software livre ou software público apresenta desafios relevantes que extrapolam a dimensão econômica e se concentram, sobretudo, nos riscos operacionais e de segurança ao longo do ciclo de vida da solução. Embora possa haver redução ou inexistência de custos diretos de licenciamento, essa abordagem implica maior dependência da capacidade interna da Companhia ou de terceiros para garantir a continuidade da solução, a regularidade e tempestividade das atualizações, a correção de vulnerabilidades e a resposta adequada a incidentes de segurança, fatores críticos em aplicações destinadas à proteção de endpoints.

7.5. A ausência de garantias contratuais padronizadas quanto a níveis de serviço, prazos de atualização e suporte especializado pode resultar em assimetria entre a velocidade de surgimento de novas ameaças e a capacidade de mitigação, ampliando o risco de exposição do ambiente institucional a vulnerabilidades conhecidas, falhas de segurança exploráveis ou ataques em larga escala. Ademais, a evolução dessas soluções está, em regra, condicionada a comunidades de desenvolvimento ou a contratos específicos de suporte, o que introduz incertezas quanto à previsibilidade da manutenção da solução, à priorização de correções críticas e à própria continuidade do projeto ao longo do tempo.

7.6. Nesse contexto, os custos adicionais associados à operação, à capacitação contínua, à integração e ao suporte especializado devem ser compreendidos como consequência direta da necessidade de mitigação desses riscos operacionais e de segurança, e não apenas como elementos econômicos isolados.

7.7. A análise do Custo Total de Propriedade (TCO) evidencia, portanto, que os principais diferenciais entre as alternativas não se restringem ao valor do licenciamento, mas decorrem, sobretudo, dos custos indiretos associados à implantação, à gestão de mudanças, à absorção e manutenção do conhecimento técnico, ao esforço de fiscalização e aos riscos operacionais ao longo do ciclo de vida da solução.

7.8. Nesse cenário, soluções que preservam a arquitetura já implantada, os processos operacionais estabelecidos e o conhecimento técnico internalizado tendem a oferecer maior previsibilidade operacional, menor complexidade de gestão e redução da exposição a riscos de descontinuidade e defasagem de proteção, aspectos particularmente relevantes para uma solução classificada como essencial à continuidade das operações e à segurança da informação da Companhia.

7.9. Diante do exposto, considerando-se de forma integrada a análise técnica, operacional, de governança e de custo total de propriedade, recomenda-se a manutenção da solução corporativa de proteção de endpoints atualmente em uso, por meio da renovação do licenciamento existente, com eventual ampliação do quantitativo de licenças (Solução 1), por se tratar da alternativa que melhor equilibra atendimento às necessidades institucionais, continuidade operacional, previsibilidade econômica, gestão do conhecimento e mitigação de riscos de segurança ao longo da vigência contratual.

## **8. ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS**

8.1. A Companhia dispõe atualmente de solução corporativa de proteção de endpoints contratada por meio do Contrato nº 13/2021, contemplando licenciamento de software para



proteção de estações de trabalho, notebooks e servidores, bem como serviços associados de monitoramento e resposta a incidentes.

8.2. Essa contratação desempenhou papel relevante na modernização da segurança cibernética da Companhia, contribuindo para o fortalecimento das capacidades de prevenção, detecção e resposta a ameaças em dispositivos finais.

8.3. Posteriormente, com a implantação de novas soluções de segurança cibernética no âmbito do Contrato nº 63/2024 — incluindo proteção em nível de rede, mecanismos de visibilidade e serviço especializado de monitoramento e resposta a incidentes (SOC) — as atividades de monitoramento contínuo e resposta passaram a ser realizadas de forma centralizada.

8.4. Nesse contexto, os serviços de monitoramento da solução de endpoints e de suporte a incidentes, anteriormente previstos, deixam de ser necessários na presente contratação. Contudo, permanece essencial a manutenção da solução de proteção nos dispositivos finais, uma vez que as soluções de perímetro e rede não substituem a atuação direta sobre ameaças executadas nos endpoints.

8.5. Assim, a presente contratação tem por objetivo a renovação e a ampliação do quantitativo das seguintes licenças:

8.5.1. Subscrição da licença SOPHOS - Central Intercept X Advanced with EDR, para a proteção dos dispositivos finais;

8.5.2. Subscrição da licença SOPHOS - Central Intercept X Advanced with EDR para a proteção dos servidores; e

8.5.3. Sophos Endpoint for Legacy Platforms - 1-499 users - 36 MOS para o suporte a sistemas legados.

8.6. Cabe registrar que o licenciamento a ser contratado deverá, no mínimo, manter equivalência funcional à atualmente em uso, contemplando os mecanismos de prevenção, detecção e resposta a ameaças, com gestão centralizada e compatibilidade com ambientes corporativos, incluindo suporte a sistemas legados ainda em operação.

8.7. Adicionalmente, deverá garantir a regularidade de atualizações, a correção de vulnerabilidades e a manutenção de níveis adequados de proteção ao longo da vigência contratual, em conformidade com as práticas de mercado.

#### 8.8. Vigência das assinaturas

8.8.1. Considerando os prazos de licenciamento disponíveis pelo fabricante, estabelece-se para a presente contratação o período de 36 (trinta e seis) meses para a vigência das assinaturas. Tal definição considerou aspectos econômicos, operacionais e orçamentários, de modo a equilibrar o desembolso financeiro com a duração da contratação, evitando tanto prazos mais longos, com maior comprometimento orçamentário, quanto prazos mais curtos, que demandariam nova contratação em intervalo reduzido.



---

### 8.9. Estimativa de Demanda: Quantidade de Bens e Serviços

8.9.1. A solução de proteção de endpoints requer a instalação de agente de segurança em cada dispositivo a ser protegido, de modo que o quantitativo de licenças guarda correspondência direta com o número de ativos computacionais que compõem o ambiente tecnológico da Companhia.

8.9.2. Nesse contexto, o quantitativo de licenças foi definido com base no levantamento do parque computacional atualmente em operação na infraestrutura tecnológica da PortosRio, abrangendo estações de trabalho do tipo desktop, notebooks corporativos e servidores utilizados na execução das atividades institucionais.

8.9.3. Para fins de dimensionamento da contratação, foram considerados os equipamentos atualmente em operação, bem como a necessidade de manutenção da cobertura integral de proteção ao longo da vigência contratual, assegurando que todos os dispositivos conectados ao ambiente corporativo permaneçam protegidos contra ameaças cibernéticas.

8.9.4. Com base no Relatório de Endpoints (doc. SEI [11101477](#)), extraído da solução atualmente em uso, procedeu-se, inicialmente, à contabilização do total de dispositivos registrados no ambiente, tendo sido identificados 712 endpoints. Na sequência, realizou-se a análise e consolidação das informações, com a depuração da base de dados por meio da eliminação de possíveis redundâncias, decorrentes de registros duplicados, bem como da exclusão de equipamentos desativados (baixados), caracterizados pela ausência de atividade por período superior a 12 (doze) meses, resultando na exclusão de 92 registros. Após esse processo de saneamento, apurou-se o quantitativo de 620 endpoints efetivamente em operação.

8.9.5. Dessa forma, o quantitativo de licenças para endpoints foi fixado em 650 unidades, contemplando os ativos efetivamente em uso e acrescido de margem de segurança tecnicamente justificada, destinada a mitigar riscos de insuficiência de licenciamento decorrentes de variações pontuais no ambiente, tais como ajustes no inventário ou inclusão eventual de novos dispositivos, sem caracterizar superdimensionamento da contratação.

8.9.6. No que se refere aos servidores, o relatório específico (doc. SEI [11101476](#)) identificou, inicialmente, a existência de aproximadamente 115 ativos. Após o saneamento das informações, com a eliminação de duplicidades, chegou-se ao quantitativo de 112 servidores efetivamente em operação. Considerando a necessidade de margem de segurança para absorver variações pontuais ao longo da execução contratual, optou-se pela estimativa de contratação de 120 licenças para servidores.

8.9.7. O quantitativo proposto contempla, portanto, a cobertura integral do parque existente, acrescida de margem de segurança de aproximadamente 5%, destinada a mitigar riscos de subdimensionamento do licenciamento, assegurando a continuidade da proteção dos ativos institucionais e evitando a necessidade de contratações complementares durante a execução contratual.

8.9.8. Assim, considerando a renovação e ampliação proposta, tem-se o seguinte cenário:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT
1	Renovação de subscrição da licença SOPHOS XDR for User, por 36 meses	600
2	Renovação de subscrição da licença SOPHOS XDR for Server, por 36 meses	90
3	Fornecimento de subscrição da licença SOPHOS XDR for User, por 36 meses	50
4	Fornecimento de subscrição da licença SOPHOS XDR for Server, por 36 meses	30
5	Sophos Endpoint for Legacy Platforms - 1-499 users - 36 MOS - Renewal	1

8.9.9. Registra-se, por fim, que, após a realização da pesquisa de estimativa de preços da contratação, a equipe de planejamento foi informada pelas empresas consultadas de que a versão atual da solução Sophos Central Intercept X Advanced with EDR passou a ser denominada Sophos XDR.

## 9.1. DEMAIS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 9.1. Parcelamento da Solução:

9.1.1. A contratação em lote único mostra-se tecnicamente mais adequada para o objeto em questão, tendo em vista que a solução de proteção de endpoints constitui plataforma tecnológica integrada, composta por licenciamento, mecanismos de detecção e resposta a ameaças e console centralizada de gerenciamento, cujos componentes operam de forma interdependente.

9.1.2. A divisão do objeto em múltiplos lotes poderia resultar na contratação de fornecedores distintos para componentes de uma mesma solução, o que introduziria complexidade adicional na gestão contratual, dificultaria a definição de responsabilidades técnicas e poderia comprometer a adequada prestação do suporte técnico, especialmente em situações que demandem atuação integrada entre os diferentes elementos da solução.

9.1.3. Adicionalmente, a contratação em lote único contribui para padronização tecnológica do ambiente de segurança da informação, assegurando uniformidade na gestão das políticas de proteção, na administração dos agentes instalados nos dispositivos institucionais e na consolidação das informações de monitoramento e resposta a incidentes.

9.1.4. Ressalta-se, ainda, que o objeto da contratação corresponde essencialmente ao fornecimento de licenças de uma mesma solução de segurança, destinadas a diferentes

tipos de ativos computacionais (estações de trabalho, notebooks e servidores), não havendo independência funcional entre os itens que justifique sua segregação em lotes distintos.

9.1.5. Dessa forma, a adoção de lote único busca garantir maior eficiência na gestão contratual, preservar a integridade técnica da solução e reduzir riscos operacionais associados à eventual fragmentação do fornecimento, mantendo-se alinhada aos princípios da economicidade, da eficiência e da padronização tecnológica do ambiente de TIC da Companhia.

### 9.2. Regime de Execução

9.2.1. O regime de execução proposto para a presente contratação será do tipo empreitada por preço unitário, contemplando a entrega e ativação de todas as licenças de forma integrada, com início de vigência simultâneo e cobertura total pelo período contratado.

### 9.3. Vigência do contrato

9.3.1. A vigência do contrato será compatível com o período de duração das assinaturas, de forma a assegurar a continuidade da prestação do serviço ao longo de todo o ciclo de licenciamento. A definição do prazo contratual considera, ainda, a necessidade de garantir estabilidade operacional da solução e adequada cobertura dos ativos institucionais durante todo o período contratado.

9.3.2. Adicionalmente, a adoção de vigência alinhada ao ciclo de licenciamento contribui para a economia processual e eficiência administrativa, ao reduzir a necessidade de instauração recorrente de novos processos de contratação, bem como para o melhor planejamento orçamentário e financeiro da Companhia.

### 9.4. Atividades de transição

9.4.1. Considerando que a solução proposta consiste na manutenção da solução corporativa atualmente em uso, sem alteração tecnológica, migração de ambiente ou necessidade de reimplantação, não se prevê a realização de atividades de transição no âmbito da presente contratação.

## **10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

10.1. A estimativa de custos foi elaborada conforme as orientações do Anexo IV-A da IN.GECOMP.06.001. Os detalhes relativos à pesquisa de preços, à metodologia aplicada e ao custo total estimado da contratação encontram-se descritos no documento Planilha de Estimativa de Preços – PORTOSRIO.

10.2. A Equipe de Planejamento recomenda que o orçamento para a presente contratação seja mantido em caráter **sigiloso**, visando garantir a integridade e a competitividade do processo.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

11.1. Não foram identificadas contratações correlatas e/ou interdependentes que possam impactar ou depender diretamente do objeto deste estudo. A contratação será executada de forma autônoma, abrangendo todas licenças necessárias ao pleno funcionamento do parque

computacional em funcionamento na PortosRio, sem vínculo com outros projetos em andamento ou previstos.

## **12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA**

12.1. Após análise técnica e econômica da demanda concluiu-se pela contratação de empresa especializada no fornecimento de licenciamento e suporte técnico da solução corporativa Sophos XDR e Sophos XDR-Server, contemplando a renovação de licenças existentes e a aquisição de novas licenças de uso, destinadas à proteção de estações de trabalho e servidores, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

## **13. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE**

13.1. Considerando que a contratação visa manter em funcionamento o licenciamento anteriormente contratado, não são previstas adequações do ambiente.

## **14. RECURSOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DA SOLUÇÃO**

14.1. Os recursos orçamentários serão disponibilizados através da rubrica orçamentária de nº 225101001 - Tecnologia da Informação.

## **15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Com base nas análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela viabilidade técnica, operacional e econômica da contratação de empresa especializada no fornecimento de licenciamento e suporte técnico da solução corporativa Sophos XDR e Sophos XDR-Server, contemplando a renovação de licenças existentes e a aquisição de novas licenças de uso, destinadas à proteção de estações de trabalho e servidores, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

15.2. A solução proposta demonstra-se adequada ao atendimento das necessidades institucionais da PortosRio, assegurando a continuidade da proteção do ambiente computacional, a mitigação de riscos relacionados à segurança da informação e a manutenção da integridade, disponibilidade e confidencialidade dos ativos tecnológicos da Companhia. Ademais, a alternativa selecionada apresenta melhor relação de custo total de propriedade, maior previsibilidade operacional e menor complexidade de implementação, quando comparada às demais soluções avaliadas.

15.3. Dessa forma, considerando o alinhamento com as necessidades de negócio, a compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente, a disponibilidade orçamentária e os benefícios operacionais decorrentes da solução escolhida, declara-se a contratação como viável e recomendada, nos termos da legislação aplicável e das diretrizes de governança de TIC da Companhia.

## **16. APROVAÇÃO E ASSINATURA**

16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação, instituída pela Portaria 422, de 16 de outubro de 2025, em conformidade com o subitem 5.3.7 da IN.GERCOS.10.003, aprova e assina o presente Estudo Técnico Preliminar.

## ANEXO I-C

### ANÁLISE DE RISCOS

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

#### 1. INTRODUÇÃO

1.1. A Presente Análise de Riscos foi elaborada com o objetivo de identificar, analisar e definir ações preventivas e de contingência para os riscos associados à contratação descrita no Termo de Referência. Este documento visa assegurar que todas as ações sejam planejadas e controladas de forma a mitigar os riscos que possam comprometer o sucesso do projeto e garantir a efetividade da solução proposta.

#### 2. MAPA DE RISCOS

ID	RISCO	CAUSA	DANO	PROBABILIDADE	IMPACTO	PLANO DE AÇÃO / MITIGAÇÃO
PR1	Erro na especificação dos SKUs, modelos ou quantidade	Levantamento incorreto do inventário ou falha na análise técnica	Contratação inadequada, licenças incompatíveis ou insuficientes	BAIXA	ALTO	Revisão rigorosa dos SKUs e do parque instalado; validação cruzada com fabricante ou distribuidor autorizado
PR2	Dificuldade na obtenção de propostas na fase de pesquisa de preços	Desinteresse dos fornecedores em participar de pesquisa preliminar sem garantia de contratação	Pesquisa de preços incompleta; risco de definição inadequada do valor estimado; atraso na licitação	MODERADA	ALTO	Ampliar as fontes de pesquisa; consultar fabricantes e distribuidores; documentar tentativas e esforços no processo
PR3	Erro na definição do valor estimado	Pesquisa de mercado insuficiente, ausência de respostas, dados defasados ou variação cambial	Licitação fracassada por preço incompatível; questionamento por sobrepreço ou superfaturamento	MODERADA	ALTO	Complementar a pesquisa com PNCP, atas públicas, distribuidores e/ou benchmarks do mercado; justificar documentalmente a metodologia
PR4	Registro de oportunidade antes do lançamento do edital	Reserva de mercado por fornecedor, bloqueando a participação de outros	Restrição à competitividade; risco de impugnação e majoração de preços	MODERADA	MODERADO	Exigir a Declaração de Não Ocorrência de Registro de Oportunidade, conforme IN SGD/ME nº 94/2022
PR5	Questionamento jurídico sobre exigências técnicas	Interpretação de que as exigências (autorização de fabricante, atestados) seriam restritivas	Necessidade de readequação do edital; atraso na realização do certame;	BAIXA	BAIXO	Justificar robustamente no TR e no despacho; alinhamento prévio com área jurídica
PR6	Impugnações ao edital ou recursos administrativos	Disputa comercial no mercado ou questionamentos sobre critérios de habilitação ou cláusulas	Atraso no cronograma do certame	MODERADA	ALTO	Elaboração de edital detalhado; análise de editais semelhantes para apoiar a elaboração do Termo de Referência; atuação conjunta da área técnica, jurídica e compras
PR7	Propostas com valor superior ao estimado	Defasagem na pesquisa, mercado restrito, política comercial do fabricante ou variação cambial	Fracasso do certame por ausência de propostas compatíveis com o orçamento	MODERADA	CRÍTICO	Revisão do valor estimado próxima à publicação do edital; reforço na pesquisa com distribuidores; avaliação de margem técnica adequada; negociação de descontos junto aos licitantes

ID	RISCO	CAUSA	DANO	PROBABILIDADE	IMPACTO	PLANO DE AÇÃO / MITIGAÇÃO
PR8	Propostas inexecutableis	Propostas com preços artificialmente baixos, sem capacidade real de execução	Contratação de fornecedor que não consegue cumprir; risco operacional severo	BAIXA	ALTO	Análise de exequibilidade prevista no edital; exigência de comprovação de capacidade técnica e econômico-financeira; exigir planilhas de custos da empresa vencedora para análise
PR9	Atraso na formalização do contrato após o certame	Trâmites internos, excesso de processos na área de compras, recursos ou questionamentos	Atraso no cronograma do certame	MODERADA	ALTO	Acompanhamento rigoroso do andamento do processo; priorização junto às áreas competentes; atuação preventiva e constante da área técnica

ID	AMEAÇA	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL	POSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO	CONDICIONANTES DE ADITIVO CONTRATUAL
R1	Atraso na entrega/ativação das licenças	MODERADA	ALTO	Equipamentos sem cobertura de segurança	Controle rigoroso do prazo contratual de 15 dias	Aplicação de penalidades e escalonamento junto ao fabricante	FISCALIZAÇÃO	não se aplica	Prorrogação excepcional de prazo, nos termos do item 9.2
R2	Falha na migração/renovação das subscrições existentes	BAIXA	ALTO	Perda de políticas, consoles ou continuidade operacional	Validação prévia do tenant/licenciamento junto à Sophos	Acionamento imediato do suporte fabricante	CONTRATADA	não se aplica	não se aplica
R3	Dimensionamento insuficiente de licenças futuras	BAIXA	MODERADO	Equipamentos novos sem proteção	Revisão periódica do inventário de ativos	Aquisição complementar	EQUIPE DE PLANEJAMENTO	não se aplica	Aditivo quantitativo
R4	Licenciamento inválido ou não registrado corretamente	BAIXA	ALTO	Perda de suporte e não conformidade	Conferência formal junto ao portal oficial do fabricante	Acionamento do distribuidor/fabricante	CONTRATADA	não se aplica	Correção contratual ou substituição
R5	Falha do suporte técnico do fabricante/parceiro	MODERADA	ALTO	Resposta lenta a incidentes críticos	Exigir parceiro autorizado Sophos	Escalonamento direto ao fabricante	CONTRATADA	não se aplica	não se aplica
R6	Incompatibilidade de entre agentes e sistemas corporativos	BAIXA	MODERADO	Instabilidade operacional em endpoints	Homologação prévia de versões e políticas	Rollback de políticas/agentes	EQUIPE DE PLANEJAMENTO	não se aplica	não se aplica
R7	Falha de atualização das assinaturas/regras de detecção	MODERADA	ALTO	Redução da capacidade de detecção de ameaças	Monitoramento contínuo da saúde da plataforma	Atualização manual emergencial	CONTRATADA	não se aplica	não se aplica
R8	Vazamento de informações sensíveis durante suporte técnico	BAIXA	CRÍTICO	Incidente reputacional e jurídico	Aplicação das cláusulas de sigilo previstas no TR	Abertura de incidente e responsabilização contratual	CONTRATADA	não se aplica	não se aplica
R9	Inexecução parcial ou abandono contratual	BAIXA	CRÍTICO	Descontinuidade da proteção institucional	Garantia contratual + sanções administrativas	Rescisão e contratação emergencial	CONTRATADA	não se aplica	Substituição contratual
R9	Crescimento do parque computacional acima do previsto	MODERADA	MODERADO	Déficit de cobertura de endpoints	Revisão semestral do parque tecnológico	Aquisição complementar de licenças	FISCALIZAÇÃO	não se aplica	Aditivo quantitativo

### **3. DOCUMENTOS RELACIONADOS**

Estudo Técnico Preliminar da Contratação; e  
Termo de Referência.

### **4. ASSINATURA**

A Equipe de Planejamento da Contratação, instituída pela Portaria 422, de 16 de outubro de 2025, em conformidade com o subitem 5.3.7 da IN.GERCOS.10.003, aprova e assina a presente análise de riscos.



---

## ANEXO II

### TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

A [nome da empresa], com sede em [endereço completo: CEP, cidade, estado], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], representada neste ato pelo seu (sua) [cargo] [nome do representante da empresa], em função do Contrato nº xxx/2026, firmado com a PortosRio, obriga-se a cumprir rigorosamente os seguintes compromissos de confidencialidade e proteção de informações:

I- Manter absoluto sigilo em relação a todas as informações confidenciais, dados sensíveis e qualquer outra informação restrita ou estratégica da PortosRio, obtidas no curso da execução dos serviços contratados.

II- Utilizar as informações exclusivamente para a realização das atividades previstas no contrato, sendo expressamente vedado qualquer uso fora do escopo definido, sem a devida autorização.

III- Garantir a proteção e confidencialidade das informações, impedindo sua divulgação, compartilhamento ou acesso por terceiros, salvo quando houver autorização formal e expressa da PortosRio ou se a informação já for de domínio público.

IV- Adotar todas as medidas necessárias para assegurar a integridade e sigilo das informações tratadas, conforme as melhores práticas de segurança da informação e de acordo com a legislação vigente.

V- Assumir plena responsabilidade por quaisquer violações de confidencialidade, incluindo a divulgação não autorizada ou o uso indevido das informações, independentemente de serem cometidas por funcionários, colaboradores ou subcontratados.

VI- Reconhecer que a violação das obrigações de confidencialidade pode resultar em medidas disciplinares, ações legais e a obrigação de indenizar a empresa por quaisquer danos causados.

Para os fins deste termo, consideram-se **informações confidenciais** quaisquer dados, documentos, materiais, estratégias, planos, projetos, processos, tecnologias, know-how, contratos, acordos, informações financeiras, comerciais, operacionais e quaisquer outras informações que não sejam de domínio público e que sejam consideradas sigilosas pela empresa.

Ao assinar este Termo de Sigilo e Confidencialidade, a empresa [Nome da Empresa Contratada] declara estar plenamente ciente das implicações legais e sanções previstas, em especial as contidas no Código Penal Brasileiro, no caso de descumprimento das obrigações aqui assumidas.

#### NOME DO REPRESENTANTE

[Nome da empresa]

[Cargo]

**ANEXO III****PLANILHA DE PROPOSTA DE QUANTIDADES E PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	SKU	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Renovação de subscrição da licença SOPHOS - Central Intercept X Advanced with EDR for User, por 36 meses	600	CIXXDU36AGRGAA		
2	Renovação de subscrição da licença SOPHOS - Central Intercept X Advanced with EDR for Server, por 36 meses	90	CIXXDS36BGRGAA		
3	Fornecimento de subscrição da licença SOPHOS - Central Intercept X Advanced with EDR for User, por 36 meses	50	CIXXDU36AGRGAA		
4	Fornecimento de subscrição da licença SOPHOS - Central Intercept X Advanced with EDR for Server, por 36 meses	30	CIXXDS36BDRGAA		
5	Sophos Endpoint for Legacy Platforms - 1-499 users - 36 MOS - Renewal	1	W7SUPP36HARCAA		
<b>VALOR TOTAL PARA A CONTRATAÇÃO</b>				<b>R\$</b>	

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL  
NOME DA EMPRESA

**Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.**

---

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026**

Prezados Senhores,

Em atenção ao instrumento convocatório sob referência, declaramos que:

1. Concordamos com as disposições do instrumento convocatório sob referência e seus Anexos, principalmente com as especificações dos itens e demais condições constantes no Termo de Referência (Anexo I-A), não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de qualquer fato;
2. Comprometemo-nos a garantir o prazo de validade dos preços e condições da presente proposta por 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de apresentação da proposta;
3. Asseguramos ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta, bem como das condições gerais estabelecidas no Edital, sobretudo quanto aos documentos de habilitação, estando em conformidade com estes;
4. Recebemos toda a documentação pertinente e tivemos conhecimento de todas as informações e das condições da prestação de serviços, necessárias à formulação das propostas;
5. A empresa não se enquadra em qualquer das situações previstas no art. 38 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 5º do Decreto nº 9.507/2018;
6. Na hipótese de nossa empresa vir a ser julgada vencedora da presente licitação o(s) representantes(s) legal(is) para a assinatura do Contrato será(ão):

NOME:

CARGO:

NOME:

CARGO:

Local e Data:

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL  
NOME DA EMPRESA

**Obs: Preencher em papel timbrado da empresa.**

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR RELATIVA À TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

#### DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_(nº CNPJ), sediada à \_\_\_\_\_(endereço completo), por seu representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_(nome completo), \_\_\_\_\_(cargo ou função),  
**DECLARA**, sob as penas da lei, que os sócios ou acionistas da empresa são:

Nome: .....

Nome: .....

Nome: .....

Nome: .....

#### A empresa possui sócio(s), acionistas(s) ou representante(s) legal(ais):

com **grau de parentesco** com qualquer pessoa politicamente exposta? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?  
com **grau de relacionamento** com qualquer pessoa politicamente exposta? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?

com **grau de parentesco** com pessoa ocupante de função pública? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?  
com **grau de parentesco** com qualquer integrante ou ex-integrante da PortosRio? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?

com **grau de relacionamento pessoal** com qualquer integrante ou ex- integrante da PortosRio?  
( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?

que são ou foram empregados **integrante(s) ou ex integrante(s) do quadro de pessoal** da PortosRio? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?

que **ocupam ou ocuparam** cargos públicos? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?

que possui(em) **relação de sociedade** com outra(s) empresa(s) que já prestou(aram) serviço(s) para PortoRio? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?

que **presta ou prestou serviços** à outra(s) empresa(s) que presta ou já prestou serviço para PortosRio? ( )NÃO ( )SIM. Qual(is)?

Diante das possíveis penalidades previstas em lei (cíveis, administrativas e penais), declaro que as informações acima prestadas **são verdadeiras e exatas**.

(Local e Data)

(assinado eletronicamente)

Nome

Cargo ou Função  
REPRESENTANTE

---

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO  
DE DADOS - LGPD

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_(nome da empresa), CNPJ nº  
\_\_\_\_\_(nº CNPJ), sediada à  
\_\_\_\_\_(endereço completo), por seu representante legal, o(a)  
Sr.(a) \_\_\_\_\_(nome completo), \_\_\_\_\_(cargo ou  
função), **DECLARA** para os devidos fins, para cumprimento do Contrato a ser celebrado  
com a PortosRio, que:

Encontra-se em conformidade com a legislação vigente e se compromete com a garantia  
de conformidade com o teor da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; e

Realizará o objeto contratado dentro do estabelecido pela legislação, mantendo a  
PortosRio informada e atualizada sobre as medidas a serem adotadas para fins de  
cumprimento da legislação supracitada no que diz respeito a execução do Contrato.

(Local e Data)

*(assinado eletronicamente)*

**Nome**  
**Cargo ou Função**  
**REPRESENTANTE**

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Contrato Nº /2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA  
DOCAS DO RIO DE JANEIRO E A  
\_\_\_\_\_, NA FORMA  
ABAIXO.

A **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**, Empresa Pública Federal vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, com sede na Rua Dom Gerardo, nº 35, 10º andar, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.090-905, inscrita no CNPJ sob o nº. 42.266.890/0001-28, por diante denominada **PORTOSRIO**, representada conjuntamente neste ato pelo seu Diretor-Presidente, **FLAVIO VIEIRA DA SILVA**, portador da matrícula funcional nº 9926, e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, **FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO**, portador da matrícula funcional nº 9927, e a \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo seu(sua) \_\_\_\_\_, segundo a documentação constante do Processo Administrativo nº 50905.006086/2025-25 e do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2026, que, independentemente de transcrição, ficam fazendo parte integrante e complementar deste instrumento, e de acordo com a autorização da Diretoria-Executiva da **PORTOSRIO** – DIREXE em sua \_\_\_\_\_ª Reunião, realizada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, têm entre si justo e avençado, celebrar o presente Contrato, com fulcro na Lei nº 13.303/2016, nos Decretos nºs 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018, na Lei Complementar nº 123/2006, na Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, no Instrumento Normativo de Padronização de Contratações de TIC (IN.GERCOS.10.003), no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), aprovado pelo Conselho de Administração da **PORTOSRIO** em sua 694ª Reunião, realizada em 25/06/2018, e atualizado em sua 868ª Reunião, realizada em 19/02/2024, disponível na página da **PORTOSRIO** na internet ([www.portosrio.gov.br](http://www.portosrio.gov.br)), menu “Licitações e Contratos”, no Instrumento Normativo de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002) e nas demais disposições legais pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste instrumento o **“fornecimento de licenciamento e suporte técnico da solução corporativa Sophos XDR e Sophos XDR-Server, contemplando a renovação de licenças existentes e a aquisição de novas licenças de uso, destinadas à proteção de estações de trabalho e servidores, pelo período de 36 (trinta e seis) meses”**, conforme as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2026 e da proposta da **CONTRATADA**, anexa ao Processo nº



50905.006086/2025-25, que passam a fazer parte integrante do presente instrumento, independentemente de transcrição.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que a **PORTOSRIO** realizar, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o estabelecido no art. 81, § 1º, da Lei nº 13.303/2016, bem como o Anexo X da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que não conflitar com o regime das estatais.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO**

O valor global estimado deste Contrato é de **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme consta na Proposta da **CONTRATADA** anexa ao Processo nº 50905.006086/2025-25.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da Rubrica Orçamentária “225101001 - Tecnologia da Informação”.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Nos exercícios orçamentários subsequentes ao da assinatura deste Contrato será editado apostilamento sobre a reserva orçamentária necessária para fazer frente às parcelas que serão adimplidas naqueles exercícios.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Diante da eventual inexistência ou insuficiência de recursos financeiros para fazer frente às despesas pertinentes aos exercícios subsequentes ao da assinatura deste Contrato, a **CONTRATADA** renuncia a eventuais direitos financeiros/indenizatórios decorrentes da rescisão antecipada do ajuste ou da supressão quantitativa.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

O prazo de vigência do Contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data da última assinatura eletrônica entre as partes, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, desde que haja concordância formal das partes e disponibilidade orçamentária por parte da PortosRio, observada a limitação de duração prevista no art. 71 da Lei nº 13.303/16 e o disposto no Anexo IX da IN SEGES nº 5/2017, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a **PORTOSRIO** mantém interesse na realização do serviço;
- d) Seja comprovado que o valor do Contrato permanece economicamente vantajoso para a **PORTOSRIO**;
- e) Haja manifestação expressa da **CONTRATADA** informando o interesse na prorrogação;

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Em caso de prorrogação da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá se manifestar, por solicitação da **PORTOSRIO**, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias antes da data do término do Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

O detalhamento da execução do objeto consta no item “3” do Anexo I – Termo de Referência do Processo Administrativo nº. 50905.006086/2025-25 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 03/2026.

### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento dos serviços pela **PORTOSRIO** será efetuado conforme o disposto nesta Cláusula, observando ainda o que dispõe o item “14” do Anexo I - Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº 50905.006086/2025-25 do Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2026 e, no que couber, o Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O pagamento das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes será efetuado pela **PORTOSRIO** no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da sua apresentação, devidamente conferida e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**, mediante ordem bancária a ser creditada em conta corrente da **CONTRATADA**.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser apresentada(s) sem emendas, rasuras ou ressalvas, observada a legislação fiscal vigente.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal/fatura será devolvida à **CONTRATADA** pela **FISCALIZAÇÃO** e o pagamento ficará pendente, até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal. Também poderá ser motivo de devolução de nota fiscal/fatura, se esta for entregue após o 5º (quinto) dia útil do mês.

#### PARÁGRAFO QUARTO

Na(s) nota(s) fiscal(is) é recomendado que a **CONTRATADA** faça constar, para fins de pagamento, as informações relativas ao Contrato, ao nome e número do banco, da agência e de sua conta corrente.

#### PARÁGRAFO QUINTO

A(s) nota(s) fiscal(is) deverão ser entregues ao respectivo Gestor ou Fiscal do Contrato, especificando o tipo de serviço com as respectivas quantidades.

#### PARÁGRAFO SEXTO

Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **PORTOSRIO**, o valor devido deve ser acrescido de atualização financeira com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou, se extinto, por qualquer outro índice a ser acordado entre as partes, incidentes a partir do primeiro dia subsequente ao vencimento da obrigação até o efetivo adimplemento desta.

#### PARÁGRAFO SÉTIMO

Junto à nota fiscal, a **CONTRATADA** apresentará a cópia das certidões negativas de débitos com a Receita Federal/INSS e FGTS ou apresentação do Registro Cadastral no SICAF, atualizado, contendo as informações sobre validade das citadas certidões.

#### PARÁGRAFO OITAVO

Eventual situação de irregularidade fiscal da **CONTRATADA** não impede o pagamento, se o objeto tiver sido entregue/prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e eventual rescisão contratual.

#### PARÁGRAFO NONO

O imposto sobre serviços que for devido será de responsabilidade da **CONTRATADA** e pago ao Município, em guia própria, devendo posteriormente ser comprovado o seu pagamento junto à **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO**.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO

Havendo previsão na legislação vigente, a **PORTOSRIO** reterá do valor bruto da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviços o valor correspondente à 'RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL'. Esses valores deverão ser recolhidos à rede bancária em nome da **CONTRATADA** até o dia 20 (vinte) do mês seguinte à emissão do respectivo documento.

#### PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

A **PORTOSRIO**, quando do pagamento da(s) nota(s) fiscal(is), procederá conforme previsão na legislação tributária à retenção dos tributos e contribuições devidos pela **CONTRATADA**.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

A **CONTRATADA** deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste Contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** a garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A garantia poderá ser realizada por qualquer das formas estabelecidas no §1º do art. 70 da Lei nº 13.303/2016.

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A garantia somente será devolvida à **CONTRATADA** quando terminada a execução do Contrato e depois do integral cumprimento das obrigações assumidas e constatada a inexistência de qualquer débito com a **PORTOSRIO**, e, ainda, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Em caso de aditamento ao presente Contrato, importando tal fato na elevação de seu valor total, a **CONTRATADA** se obriga a reforçar proporcionalmente as garantias prestadas.

### **PARÁGRAFO QUARTO**

A garantia será considerada extinta em até 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, que pode ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO**

O valor será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da **CONTRATADA**, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite da apresentação da proposta, pela variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, conforme previsão expressa contida no art. 24 da IN nº 94, de 23 de dezembro de 2022, ou outro que vier a substituí-lo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O reajuste será calculado segundo a seguinte fórmula geral:

$$R = V \times \frac{(I - I_0)}{I_0}$$

Onde:

R: valor do reajustamento;

V: valor do serviço a ser reajustado;

I<sub>0</sub>: índice específico, referente ao mês do recebimento das propostas;

I: índice específico, referente ao mês da execução dos serviços.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido.

## **PARÁGRAFO TERCEIRO**

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a **PORTOSRIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

## **PARÁGRAFO QUARTO**

Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

## **PARÁGRAFO QUINTO**

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

## **PARÁGRAFO SEXTO**

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

## **PARÁGRAFO SÉTIMO**

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

## **PARÁGRAFO OITAVO**

O reajuste será realizado por apostilamento.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES**

Este Contrato será executado fielmente pelas partes, de acordo com as Cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 13.303/2016, do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), do Instrumento Normativo (IN.GERCOS.10.003) e demais disposições legais pertinentes, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inobservância total ou parcial.

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A **CONTRATADA** assume a total responsabilidade pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância da proposta e especificações técnicas, respondendo perante a **PORTOSRIO** e terceiros, por seus empregados, prepostos e contratados, além das perdas e danos porventura resultantes da ação dos mesmos.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

- a) A contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal da **PORTOSRIO** durante a vigência deste Contrato;
- b) A veiculação de publicidade acerca deste Contrato, salvo se houver prévia autorização da **PORTOSRIO**;
- c) A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Contrato.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** assumirá total responsabilidade sobre os serviços eventualmente executados com vícios ou defeitos, em virtude de ação, omissão, negligência, imperícia, imprudência e/ou emprego de equipamentos ou procedimentos inadequados para a execução dos mesmos.

## PARÁGRAFO QUARTO

À **CONTRATADA** cabe assumir a responsabilidade por:

- a) Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a **PORTOSRIO**;
- b) Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste Contrato, ainda que acontecido em dependência da **PORTOSRIO**;
- c) Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- d) Encargos fiscais e comerciais que lhe caibam, resultantes desta contratação.

## PARÁGRAFO QUINTO

A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no Parágrafo anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **PORTOSRIO**, nem pode onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a **PORTOSRIO**.

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus Anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, observando o que dispõe o item “22” do Anexo I-A –



Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.006086/2025-25 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 03/2026.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** dos itens constantes nesta Cláusula implicará nas sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA PORTOSRIO**

Constituem obrigações da **PORTOSRIO** aquelas previstas no item “23” do Anexo I-A – Termo de Referência, constante do Processo Administrativo nº. 50905.006086/2025-25 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 03/2026.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO GESTOR**

Fica designado(a) como Gestor(a) deste Contrato pela **PORTOSRIO**, o(a) Gerente de Operação de Soluções – GERSOL, cuja substituição somente ocorrerá por ato formal de competência do Diretor-Presidente da **PORTOSRIO** ou a quem ele delegar.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

Sob supervisão do(a) respectivo(a) Gestor(a) constante da Cláusula anterior, os serviços serão fiscalizados por empregado ou Comissão de empregados designado(s) pela **PORTOSRIO**, denominado simplesmente **FISCALIZAÇÃO**, independentemente de qualquer outro assessoramento ou acompanhamento dos serviços que venha a ser determinada pela **PORTOSRIO**, a seu exclusivo juízo.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Todas as ordens, comunicados, instruções, reclamações e, em geral, qualquer entendimento entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**, serão realizados por escrito, devendo ser anotados em registro próprio, onde deverá constar o ciente das partes, nas ocasiões devidas, assim como as providências tomadas e seus efeitos, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações fundamentadas em ordens ou declarações verbais.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A **FISCALIZAÇÃO** não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade relativa à execução dos serviços, por seus empregados, prepostos ou contratados, e, na sua ocorrência, não implicará em corresponsabilidade da **PORTOSRIO** ou de seus empregados ou prepostos.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Caso haja registro de ocorrência(s) relacionada(s) com a execução deste instrumento contratual que possa(m) ensejar a aplicação de penalidade, o Gestor ou a **FISCALIZAÇÃO** deste Contrato dará ciência do ocorrido à Corregedoria da PortosRio, através da OUVGER, para fins de apuração e, se for o caso, aplicação de sanção na forma do IN.GECOMP 06.002 – Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas).

## PARÁGRAFO QUARTO

A tolerância ou o não exercício pela **PORTOSRIO** de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na legislação não importará em novação ou renúncia a qualquer desses direitos.

## PARÁGRAFO QUINTO

A **FISCALIZAÇÃO** da **PORTOSRIO** reservar-se-á o direito de impugnar os serviços que não forem realizados a contento, ficando a **CONTRATADA** na obrigação de refazê-los sem qualquer ônus para a **PORTOSRIO**.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CESSÃO DO CONTRATO

A **CONTRATADA** não poderá ceder, sub-rogar, negociar, ou, por qualquer forma ou modo, transferir o presente Contrato ou quaisquer direitos ou obrigações dele oriundos, sem prévia autorização da **PORTOSRIO**, sob as penas estabelecidas nas Cláusulas Décima Quarta e Décima Quinta.

## CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

A **CONTRATADA**, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no art. 83 da Lei nº 13.303/2016:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as constantes do subitem 16.3 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 03/2026.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

A multa poderá ser aplicada, dentre outros, nos casos discriminados no subitem 16.5.1 do Edital de Pregão Eletrônico nº. 02/2026.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

A sanção de multa pode ser aplicada à **CONTRATADA** juntamente com as dos incisos I e III do *caput* desta Cláusula, conforme a gravidade do fato, facultada a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

## PARÁGRAFO QUARTO

Para aplicação de quaisquer das sanções previstas no *caput* desta Cláusula, a **PORTOSRIO** seguirá o rito previsto no Regulamento de Apuração e Aplicação de Sanções Administrativas (IN.GECOMP.06.002), observando, em especial, o seguinte:

- Notificação formal à **CONTRATADA**;
- Garantia do contraditório e da ampla defesa;
- Concessão de prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar manifestação.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a multa porventura aplicada fica, desde logo, considerada dívida líquida e certa, ficando a **PORTOSRIO** autorizada a descontar do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA** o valor da multa devida.

#### **PARÁGRAFO SEXTO**

Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

#### **PARÁGRAFO SÉTIMO**

Se o valor do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

#### **PARÁGRAFO OITAVO**

Caso não haja o recolhimento da multa no prazo previsto no Parágrafo anterior, em último caso, o valor da multa será cobrado judicialmente.

#### **PARÁGRAFO NONO**

Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, aquela deverá ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da **PORTOSRIO**.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO**

O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e poderá ensejar a aplicação de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a **PORTOSRIO**, por até 2 (dois) anos.

#### **PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO**

O pagamento das penalidades não é compensatório, admitindo, por conseguinte, o ressarcimento por perdas e danos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

Observando o que dispõe a Lei nº 13.303/2016 e o Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), o presente Contrato poderá ser rescindido, nas seguintes hipóteses:

I – Por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, quando da ocorrência dos seguintes casos:

- 
- a) O descumprimento de obrigações contratuais;
- b) A alteração da pessoa do contratado, mediante:
- A subcontratação do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, observado o IN.GECOMP.06.001;
  - A fusão, cisão, incorporação, ou associação da contratada com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no instrumento contratual e sem prévia autorização da **PORTOSRIO**.
- c) O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou do Fiscal;
- d) O cometimento reiterado de faltas na execução contratual;
- e) A dissolução da sociedade ou o falecimento da pessoa do contratado;
- f) A decretação de falência ou a insolvência civil da **CONTRATADA**;
- g) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, desde que prejudique a execução deste Contrato;
- h) Razões de interesse da **PORTOSRIO**, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no Processo;
- i) O atraso nos pagamentos devidos pela **PORTOSRIO** decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- j) A não liberação, quando for o caso, por parte da **PORTOSRIO**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- k) A ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução contratual;
- l) O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou

irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a **PORTOSRIO**; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

o) No caso de se constatar a ocorrência da vedação estabelecida no art. 5º do Decreto n.º 9.507, de 2018;

p) O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão deste Contrato por ato unilateral e escrito da **PORTOSRIO** e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018);

q) A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado.

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo e desde que haja conveniência para a **PORTOSRIO**; e

III – Judicial, nos termos da legislação.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Salvo nos casos de iminente prejuízo às atividades da **PORTOSRIO**, a rescisão por ato unilateral a que se refere o inciso I desta Cláusula, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo será de 90 (noventa) dias.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução contratual até a data da rescisão;
- c) Pagamento do custo da desmobilização.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

A rescisão por ato unilateral da **PORTOSRIO** acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na legislação:

- a) Assunção imediata do objeto contratado, pela **PORTOSRIO**, no estado e local em que se encontrar;
- b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela **PORTOSRIO**;
- c) Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do instrumento contratual até o limite dos prejuízos causados à **PORTOSRIO**.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

O instrumento contratual poderá ser rescindido pela **PORTOSRIO** nos casos em que a **CONTRATADA** estiver envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria da área requisitante da **PORTOSRIO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

O recebimento do objeto deste Contrato poderá ser:

- a) Provisório: no caso de aquisição de equipamentos e outros objetos em que seja necessário, para sua avaliação, que a posse dos mesmos seja transferida à PortosRio, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pela contratada;
- b) Parcial: relativo a etapas ou parcelas do objeto, definidas no instrumento contratual, representando aceitação da execução da etapa ou parcela;
- c) Definitivo: relativo à aceitação da integralidade do instrumento contratual e liberação da contratada tocante a vícios aparentes.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os recebimentos devem ocorrer, a contar da comunicação por parte da **CONTRATADA** direcionada ao Fiscal, nos seguintes prazos:

- a) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento provisório;
- b) Até 5 (cinco) dias úteis para o recebimento parcial;
- c) Até 30 (trinta) dias úteis para o recebimento definitivo.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Deverão ser observados ainda pelas partes as demais disposições constantes sobre o tema no Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS**

Todos os tributos (impostos, taxas, contribuições fiscais ou parafiscais e quaisquer emolumentos) decorrentes direta ou indiretamente do presente Contrato ou de sua execução

serão de exclusiva responsabilidade da parte obrigada ao pagamento dos mesmos, na forma definida pela legislação tributária, sem que lhe assista o direito a qualquer reembolso pela outra parte, seja a que título for.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

Este Contrato deverá ser publicado pela **PORTOSRIO** na imprensa oficial, consoante o disposto no subitem 5.17.8. do Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SIGILO**

À **CONTRATADA** é vedado, sob as penas da lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento dos trabalhos objeto deste Contrato, bem como divulgar através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos à execução dos mesmos, à tecnologia adotada e à documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização escrita da **PORTOSRIO**.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VINCULAÇÃO**

Este Contrato está vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 03/2026 e seus Anexos, à proposta da **CONTRATADA**, ao Instrumento Normativo de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001 – Regulamento de Licitações e Contratos), ao Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.002) e aos termos da Lei nº 13.303/2016.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos reger-se-ão pela Lei nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da **PORTOSRIO** (IN.GECOMP.06.001), pelo Instrumento Normativo (IN.GERCOS.10.003), bem como pelas regras e pelos princípios de direito privado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO**

Na execução do presente Contrato, é vedado à **PORTOSRIO** e à **CONTRATADA**, e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a Gestor seu, oferecer, dar, ou se comprometer a dar, uma a outra ou a quem quer que seja, ou a aceitar, ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por si, quanto através de outrem, pagamento, em espécie ou em bem, doação, compensação, vantagens financeiras e/ou não financeiras, e/ou benefícios de qualquer espécie que constituam, na forma da legislação de regência, prática ilegal ou de corrupção quanto ao objeto do presente Contrato, direta ou indiretamente, ou, ainda, de outra forma que não relacionada a este Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ACESSO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:



I. eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. o tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da **PORTOSRIO**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. a **CONTRATADA** deverá seguir as instruções recebidas da **PORTOSRIO** em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. a **CONTRATADA** se responsabilizará como “Controlador de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização da **PORTOSRIO**, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. a **CONTRATADA** deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do art. 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela **CONTRATADA**, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. a **CONTRATADA** dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. a **PORTOSRIO** possui direito de regresso em face da **CONTRATADA** em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. a **CONTRATADA** deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. a **CONTRATADA** deverá informar imediatamente à **PORTOSRIO** todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela **PORTOSRIO** e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. a **CONTRATADA** deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela **PORTOSRIO**, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no art. 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à **PORTOSRIO**, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à

**CONTRATADA** disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

**XIV.** ao final da vigência do Contrato, a **CONTRATADA** deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal, caso em que o prazo de retenção de dados pessoais objeto deste Termo poderá se estender pelo prazo de prescrição legal afeto às atividades do Contrato.

**XV.** A **CONTRATADA** deverá designar Encarregado para interlocução com o Encarregado da **PORTOSRIO**.

## **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a **PORTOSRIO** será considerada “Controlador de Dados”, e a **CONTRATADA** “Operador” ou “Processador de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário nesse Contrato. Contudo, caso a **CONTRATADA** descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da **PORTOSRIO**, será equiparado a “Controlador de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

## **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso a **CONTRATADA** disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no *caput* desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a **PORTOSRIO** venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da **CONTRATADA**, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da **PORTOSRIO**, sem prejuízo das penalidades deste Contrato.

## **PARÁGRAFO TERCEIRO**

A transferência internacional de dados deve se dar em caráter excepcional e na estrita observância da legislação, especialmente, dos art. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018 e nos normativos do Banco Central do Brasil relativos ao processamento e armazenamento de dados das instituições financeiras, e dependerá de autorização prévia da **PORTOSRIO** à **CONTRATADA**.

## **PARÁGRAFO QUARTO**

Cada Parte arcará com suas próprias despesas e investimentos para fins de cumprir as disposições previstas neste instrumento.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de contratação de empreitada por preço unitário.

---

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA MATRIZ DE RISCO**

A **CONTRATADA** é integral, e exclusivamente, responsável por todos os riscos colocados como de sua competência, relacionados ao objeto do contrato, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO**

O foro competente para ajuizar quaisquer questões suscitadas na execução deste Contrato será o da sede da **PORTOSRIO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam eletronicamente o presente instrumento juntamente com as testemunhas.

*(assinado eletronicamente)*

**FLAVIO VIEIRA DA SILVA**  
**Diretor-Presidente**  
**PORTOSRIO**

*(assinado eletronicamente)*

**FRANCISCO JOSÉ DE SOUSA DIOGO**  
**Diretor Administrativo-Financeiro**  
**PORTOSRIO**

*(assinado eletronicamente)*

**REPRESENTANTE**  
**Cargo ou Função**  
**CONTRATADA**

#### **Testemunhas:**

1) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional:

2) *(assinado eletronicamente)*

Nome:

Matrícula Funcional: